

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**ANA PAULA VERAS ARAUJO**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EJA:** a formação continuada e seus impactos  
nas práticas docentes na escola UEB Roseno de Jesus Mendes.

São Luís

2019

**ANA PAULA VERAS ARAUJO**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EJA:** a formação continuada e seus impactos nas práticas docentes na escola UEB Roseno de Jesus Mendes.

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, da Universidade Estadual do Maranhão, para o grau de licenciatura em Pedagogia

Orientador: Prof. Me. Diego Rodrigo Pereira

São Luís

2019

Araújo, Ana Paula Veras.

Formação de professores da EJA: a formação continuada e seus impactos nas práticas docentes na escola U.E.B. Roseno de Jesus Mendes / Ana Paula Veras Araújo. – São Luís, 2019.

89 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Prof. Me. Diego Rodrigo Pereira.

1. Formação continuada. 2. Professores. 3. Educação de Jovens e Adultos. I. Título.

CDU 374.7

**ANA PAULA VERAS ARAUJO**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EJA:** a formação continuada e seus impactos nas práticas docentes na escola UEB Roseno de Jesus Mendes.

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, da Universidade Estadual do Maranhão, para o grau de licenciatura em Pedagogia

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Me. Diego Rodrigo Pereira. (Orientador)**

Mestre em Educação-UFMA  
Universidade Estadual do Maranhão

---

**Profa. Dra. Ana Lucia Cunha Duarte**

Doutora em Educação- UnB  
Universidade Estadual do Maranhão

---

**Profa. Ma. Terezinha de Jesus Amaral da Silva**

Mestre em Educação- UFMA  
Universidade Estadual do Maranhão

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus, à minha família, aos amigos, e a todos que me proporcionaram palavras de incentivo, que acreditaram em meu potencial e compreenderam meus momentos de ausência.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus por sua presença em minha vida. Agradeço pelo seu amparo e ajuda durante toda essa caminhada e presença na Universidade, por em horas de fraqueza ter me levantado e contribuído para minha garra e força de vontade diante das dificuldades;

Agradeço aos meus pais, Pedro Souza e Maria Veras, por serem meus grandes amigos. Agradeço cada palavra de apoio, cada ajuda financeira, cada incentivo e demonstração de orgulho;

À minha irmã Bruna Veras, por me motivar e demonstrar que se espelha em mim na busca do alcance dos seus objetivos.

Às minhas tias, Nazaré Veras e Zuleide Veras, por, mesmo de longe, sempre me lembrarem da importância dos meus estudos, e da minha formação como pedagoga.

Ao incentivo e palavras de apoio em muitos momentos da minha querida Sherliene Costa, por durante muito tempo dividir e partilhar dos meus objetivos.

À amiga Iara de Cassia, pela força e confiança em meu trabalho e por toda ajuda.

Às minhas companheiras de estudo e de biblioteca, Valeria Souza, Angela Pinheiro e Thaiss Brito, cada incentivo de vocês me ajudaram muito.

A todos os amigos e companheiros da turma de Pedagogia 2015.1, por todos os momentos incríveis que passamos juntos.

À Universidade Estadual do Maranhão, ao corpo docente, à direção, administração, às secretarias do curso que sempre mostraram muita atenção ao serem solicitadas, em especial a Ednalva por, em meu primeiro dia de aula, incentivar-me a não desistir do curso, pela organização e empenho da Instituição em nos proporcionar o melhor ensino.

Ao meu Orientador: Prof. Me. Diego Rodrigo Pereira, por toda atenção e dedicação.

Muito obrigada!

“A educação não transforma o mundo.  
Educação muda as pessoas. Pessoas  
transformam o mundo.”

Paulo Freire

## RESUMO

Este trabalho tem como tema a “ Formação de Professores da Educação de Jovens e Adultos – EJA”. Tendo como objetivo analisar os impactos da formação continuada na prática docente de professores atuantes na EJA, em uma escola da rede municipal da cidade de São Luís. O estudo segmenta-se a partir dos avanços e retrocessos da EJA diante do cenário educacional brasileiro, partindo para a verificação dos dispositivos legais que asseguram a garantia de políticas e programas educacionais voltados para a EJA, posteriormente discorre-se o percurso metodológico utilizado para a concretização da presente pesquisa, chegando aos resultados. A pesquisa configura-se como qualitativa e exploratória, tendo como base de estudo dispositivos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Constituição Federal de 1988, assim como autores como Paulo Ghiraldelli Junior (2009), Claudia Regina de Paula e Marcia Cristina de Oliveira (2011), além disso, este estudo contou com a participação dos professores e gestora da escola lócus da pesquisa e uma técnica da Secretaria Municipal de Educação. Como técnica para a coleta de dados, optou-se por entrevista semiestruturada e observação da atuação dos professores em sala de aula. Os resultados obtidos demonstram que a formação continuada ainda necessita ser compreendida por parte dos professores como processo formativo de extrema importância para suas práticas docentes em sala de aula, visto que as metodologias utilizadas pelos mesmos, em grande maioria, não demonstram estarem adequadas às especificidades dos alunos. Espera-se que, com as contribuições desta pesquisa, os cursos de formação continuada voltados para EJA sejam vistos como contribuições importantes e necessárias para as práticas docentes dos professores atuantes na mesma.

**Palavras-chave:** Formação Continuada. Educação de Jovens e Adultos. Prática docente.

## ABSTRACT

This work has as its theme the "Training of Teachers of Youth and Adult Education - EJA". The objective of this study is to analyze the impacts of continuing education on the teaching practice of teachers working at the EJA at a school in the city of São Luís. The study is based on the advances and setbacks of the EJA in the Brazilian educational scenario, for the verification of the legal provisions that ensure the guarantee of policies and educational programs focused on the EJA, later the methodological route used to carry out the present research is reached, reaching the results. The research is qualitative and exploratory, based on the study of legal provisions such as the Law of Directives and Bases of National Education - LDBEN, Law No. 9,394, dated December 20, 1996, and the Federal Constitution of 1988, as well as authors such as Paulo Ghiraldelli Junior (2009), Claudia Regina de Paula and Marcia Cristina de Oliveira (2011), in addition, this study had the participation of the teachers and manager of the school locus of the research and a technique of the Municipal Secretary of Education. As a technique for data collection, we chose a semi-structured interview and observation of the performance of teachers in the classroom. The results show that continuing education still needs to be understood by teachers as a formative process of extreme importance for their teaching practices in the classroom, since the methodologies used by them do not, for the most part, prove to be adequate to the specificities of students. It is hoped that with the contributions of this research, continuing education courses focused on EJA will be seen as important and necessary contributions to the teaching practices of the teachers acting on it.

Keywords: Continuing Education. Youth and Adult Education. Teaching practice.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Breve Histórico - Características da EJA.....	22
Quadro 2 - Temáticas dos Encontros Nacionais dos Fóruns EJA e Mova.....	34
Quadro 3 - Nome e Formação inicial .....	53
Quadro 4 - Formação Continuada na EJA.....	53
Quadro 5 - Formações realizadas na Educação de Jovens e Adultos.....	55
Quadro 6 - Formações realizadas na Educação de Jovens e Adultos.....	55
Quadro 7 - Trabalhos desenvolvidos com base nos cursos de formação continuada.....	56
Quadro 8 - As contribuições das práticas docentes.....	57
Quadro 9 - Metodologias e matérias didáticos utilizados na EJA.....	59
Quadro 10 - As contribuições da Gestão para as práticas docentes.....	62
Quadro 11 - Os desafios encontrados na atuação como professor da EJA.....	63
Quadro 12- Expectativas em relação aos cursos de formação continuada para a EJA.....	65
Quadro 13 - Recomendações aos cursos de Licenciatura.....	66
Quadro 14- Acesso aos cursos e ações voltados a EJA ofertados pela SEMED.....	67
Quadro 15 - Recomendações aos cursos de formação continuada.....	68

## **LISTA DE FIGURAS**

Imagem 1 – Alfabetização por fichas.....	63
Imagem 2 – Interversão feita pela professora, individualmente com os alunos.....	64

## LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aprendizagem de Pessoal de Nível Superior  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CNAEJA – Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos  
COMEA – Comissão Maranhense para Erradicação do Analfabetismo  
CPCs – Centros Populares de Cultura  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
ENEJA – Encontro Nacional de Jovens e Adultos  
FAMEM – Federação dos Municípios Maranhenses  
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação  
GTs – Grupos de Trabalho  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MEB – Movimento de Educação base  
MEC – Ministério da Educação  
MOVA – Movimento de Alfabetização  
MPCs – Movimentos de Cultura Popular  
PAEMA – Plano de Alfabetização Educadora de Jovens, Adultos e Idosos do Maranhão  
PARFOR – Programa de Formação Inicial e Continuada, Presencial e a Distância, de Professores para a Educação Básica  
PBA – Programa Brasil Alfabetizado  
PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência  
PME – Plano Municipal de Educação  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PNLD EJA – Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos  
SAE – Secretaria Adjunta de Ensino  
SAEJA – Superintendência da Área de Educação de Jovens e Adultos  
SECADI – Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão  
SEDUC – Secretária de Estado da Educação  
SEMED – Secretária Municipal de Educação  
SIEPE – Sistema Integrado de Educação Pública no Estado do Maranhão  
CONFITEA – Conferência Internacional de Jovens e Adultos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA: UM RESGATE HISTÓRICO</b> .....	18
<b>2.1 Desafios e Conquistas da EJA no Brasil</b> .....	18
2.1.2 Paulo Freire: principais contribuições .....	23
2.1.3 As décadas de 80 e 90: marcos legais e as novas contribuições para a EJA.....	25
2.1.4 A importância das Políticas e Programas Educacionais para a EJA .....	29
<b>2.2 A EJA no Maranhão</b> .....	35
2.2.1 Breve histórico do contexto maranhense: os processos de desenvolvimento para a implementação da EJA em São Luís/MA .....	35
<b>3 FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EJA</b> .....	40
<b>3.1 Os dispositivos legais e as políticas de formação docente</b> .....	41
<b>3.2 A importância da formação inicial e continuada na prática do professor da EJA</b> ...	45
<b>4 A EJA NA ESCOLA UEB ROSENO DE JESUS MENDES</b> .....	50
<b>4.1 Sobre a escola lócus da pesquisa</b> .....	50
<b>4.2 As contribuições do professor para emancipação dos alunos da EJA</b> .....	52
<b>4.3 A participação da Gestão na efetivação do trabalho docente na EJA</b> .....	69
<b>4.4 A Formação Continuada de Professores da EJA de acordo com a SEMED/SAEJA</b> ..	73
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	75
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	78
<b>APÊNDICES</b> .....	81

## 1 INTRODUÇÃO

Para falar de Formação Continuada de Professores, de forma específica, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, é necessário compreender a história da constituição do campo da EJA ao decorrer dos anos, atualmente compreendida como uma modalidade da Educação Básica, como previsto pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional –LDBEN (BRASIL,1996).A EJA é considerada direito público subjetivo, como previsto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e demonstra o que se entende pela educação ao longo da vida a partir dos conhecimentos adquiridos pelos educandos, e como os professores atuantes nessa modalidade de ensino podem contribuir para expansão da aprendizagem dos mesmos.

A EJA se torna uma modalidade de ensino complexa, quando se faz a análise de que a mesma vai muito além das questões educacionais; quando observar-se todo o contexto histórico na qual a mesma se desenvolveu na busca pelos direitos da população nacional e as notórias lutas direcionadas ao direito a educação, àqueles que não tiveram acesso à escola na idade apropriada (BRASIL, 1996). Constituída enquanto modalidade de ensino, a EJA teve como meta a elaboração de diretrizes educacionais que pudessem orientar a sua oferta. A garantia de recursos financeiros, materiais didáticos específicos, abertura de instituições de ensino e capacitação de professores, entraram na pauta das principais discussões dessa modalidade de ensino.

O Professor destinado ao trabalho docente na EJA passou a compreender todo um processo de reflexão de suas práticas pedagógicas em sala de aula, valorizando os conhecimentos constituídos pelo educando durante toda a vida dos mesmos, fora do contexto escolar. Constitui-se tarefa docente, resgatar, junto aos alunos, todos os conhecimentos prévios, para fazer uso desse saber ao traçar suas metodologias e práticas docentes. Essa perspectiva de pensar a EJA para além de uma oportunidade de escolarização trouxe para o ambiente escolar as questões que dizem respeito ao processo histórico dos alunos e seus direitos como cidadãos.

Todo aluno traz consigo uma bagagem educacional, desenvolvida a partir de experiências vivenciadas, configurando, assim, a educação informal, a mesma passa a ser compreendida como processo do desenvolvimento humano, visto que, a partir da educação informal o aluno pode desenvolver habilidades e práticas de acordo com sua realidade vivenciada.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a educação voltada para a EJA é mais que um desafio, pois visa assumir responsabilidades históricas e contribuir, assim, para a consolidação de conhecimentos desenvolvidos no legado defendido pela EJA, em movimentos que lutaram pela diversidade e democratização do país. Vale ressaltar, também, a compreensão de como pode-se interagir e propor um trabalho significativo na Educação de Jovens e Adultos (PAULA e OLIVEIRA, 2011).

Torna-se condição importante, para adoção dessas práticas docentes específicas ao segmento da EJA, a formação continuada dos professores no tocante ao uso de metodologias adequadas e diferenciadas para o processo de aprendizagem dos alunos, com ênfase na articulação dos conhecimentos escolares com as práticas cotidianas que os mesmos desenvolvem fora da escola.

Respeitando as especificidades do alunado e desenvolvendo o que é defendido nos dispositivos legais que apoiam o desenvolvimento educacional do País, na busca de profissionais que estejam qualificados e aptos ao trabalho docente, busca-se o desenvolvimento crítico social dos alunos da EJA, para o desenvolvimento dos mesmos como cidadãos críticos e participantes das tomadas de decisões do País, sendo conhecedores dos seus direitos e deveres perante a sociedade a qual estão inseridos. As propostas para realizar uma educação voltada ao público da EJA diante do cenário educacional nacional e da realidade vivenciada por cada aluno são desafiadoras.

Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é analisar os impactos da formação continuada na prática docente de professores atuantes na EJA. Temática importante a ser discutida, sabendo-se de antemão que a formação inicial e continuada de professores se faz necessária para a melhoria da educação ofertada no ensino básico, colaborando assim para o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro. Discutir as consequências da formação continuada, na prática docente dos professores da Educação Básica e sua relação com a aprendizagem dos alunos da EJA, têm reflexos diretos na implantação de ações pedagógicas dentro das instituições de ensino por parte da equipe Gestora, ou por parte da SEMED, podendo assim solucionar possíveis problemáticas.

Por outro lado, não se deve negar a importância da EJA, e privar-se de discursões e análises sobre uma parte significativa de estudantes ingressos em uma modalidade de ensino que visa o direito a educação, como está previsto na Constituição Federal de 1988, onde no artigo 205 diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

Discursões sobre a EJA podem acelerar os processos de buscas por métodos de ensino e pesquisas que atendam à necessidade desse público alvo. Analisar o processo de formação dos professores da educação básica, desde a graduação a formação continuada, é de extrema importância para os cursos de licenciatura, já que estes preparam profissionais que se espera estejam aptos para atenderem às necessidades dos seus alunos diante das modalidades de ensino nas quais os mesmos estão inseridos. Com o objetivo de melhorar a educação ofertada em sala de aula, o professor, em seu processo de formação, compreenda a importância do desenvolvimento de metodologias que atendam às especificidades dos alunos, e que abranjam também a realidade dos mesmos.

Esta temática foi motivada também pela observação da autora diante das dificuldades encontradas pelos seus pais ao estudarem na modalidade EJA na escola que é campo de pesquisa, localizada na comunidade onde a família reside, despertando, assim, a possibilidade de realizar um estudo que pudesse comprovar como a formação continuada dos professores da EJA pode fazer a diferença na prática docente e, conseqüentemente, na aprendizagem do alunado.

O desenvolvimento teórico, desta pesquisa, foi de cunho bibliográfico, adotando-se o estudo de referências teóricas já indicadas para a construção dos conhecimentos sobre o campo da EJA e a prática docente do professor atuante na mesma, a partir do seu processo de formação inicial e continuada. Segundo Gil (2008, p. 50), a consulta bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livro e artigo científicos”. Isso possibilita significativamente o desenvolvimento das pesquisas em campo, visto que a partir de conhecimentos sobre a temática, torna-se possível identificar e relacionar a teoria com a prática.

O campo empírico da pesquisa foi a escola UEB Roseno de Jesus Mendes, localizada no bairro Vila Janaina, sendo os participantes da pesquisa 4 professores, 1 gestora e 1 técnico atuante na Secretaria Municipal de Educação de São Luís (SEMED). Como técnica de coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada e a observação. Para garantia de anonimato dos entrevistados, durante a análise dos dados será utilizada apenas a inicial P para professores, a inicial G para gestão e a inicial T para técnico.

No que diz respeito à metodologia, foi utilizada a pesquisa qualitativa e exploratória, visando conhecer as contribuições da formação continuada para a prática docente dos professores atuantes na EJA, dispondo da análise das respostas coletadas durante a aplicação da entrevista com os professores e gestora, atuantes na escola campo, como também

com o técnico da SEMED/SAEJA, para a consolidação dos resultados, que possibilitam assim o processo de reflexão acerca dessa temática.

Minayo (2011, p. 17) define a pesquisa como “atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente a realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação”. Assim como foi feito o estudo, o texto será apresentado em três capítulos. No primeiro capítulo, registra-se as principais concepções históricas da Educação Nacional com e as contribuições para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no Maranhão, os marcos e as conquistas da EJA no cenário educacional, como as contribuições de Paulo Freire para a educação brasileira como um todo, em especial suas principais ideias e métodos na concretização de trabalhos voltados à educação de adultos, sobre a importância dos processos políticos diante do desenvolvimento do país, traçando-se, assim, um resgate histórico do processo de criação e implementação da EJA no sistema educacional brasileiro, identificando pontos relevantes para a compreensão da mesma como modalidade de ensino atualmente.

No segundo capítulo, são registrados a Formação dos Professores da EJA, os dispositivos legais e as políticas de formação docente para essa modalidade de ensino, como as contribuições da formação continuada na prática docente do professor. O terceiro capítulo traz o resultado da coleta e das análises de dados, sobre a observação e entrevista realizadas na UEB Roseno de Jesus Mendes, assim como as entrevistas feitas com o técnico da SEMED, onde se busca convergir as ideias presentes nos referenciais teóricos com os dados coletados durante a pesquisa de campo.

Para as considerações finais deste trabalho, a importância do estudo valida a trajetória das pesquisas para adquirir conhecimento acerca da temática. Nessa perspectiva, busca-se possibilitar uma reflexão sobre os elementos indispensáveis ao se pensar as formulações de políticas educacionais voltadas para a formação dos professores atuantes na EJA, desde a formação inicial e principalmente na formação continuada, contribuindo, desta maneira, para o processo formativo de futuros professores e, conseqüentemente, na prática docente dos mesmos nas salas de aula da EJA.

Os capítulos desta pesquisa trazem reflexões desses processos, viabilizando contribuir em práticas docentes inovadoras que estejam de fato comprometidas com as mudanças persistentes no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, de modo que possa estar contribuindo com a constituição de práticas pedagógicas pautadas na inovação e na responsabilidade, comprometendo-se em contribuir de forma participativa no processo de mudanças significativas ao cenário da EJA no Brasil.

## **2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA: UM RESGATE HISTÓRICO**

Neste capítulo, rebusca-se alguns elementos primordiais para a história da educação nacional e, por conseguinte, traremos, junto a esse processo de desenvolvimento da mesma, a historicidade da criação, lutas, conquistas e retrocessos da Educação de Jovens e Adultos no cenário nacional e estadual, possibilitando, assim, uma melhor compreensão da situação atual dessa educação, visto que tal resgate histórico influencia diretamente na construção das ideias propostas pela pesquisa em demonstrar quais foram os caminhos percorridos pela educação de jovens e adultos até se tornar a EJA que conhecemos atualmente, ressaltando, além disso, quais pontos ainda devem ser analisados a partir do ponto inicial da mesma, e levantando reflexões sobre possíveis mudanças que possibilitem melhoras significativas aos processos de ensino-aprendizagem dos educando da modalidade de ensino EJA.

### **2.1 Desafios e Conquistas da EJA no Brasil**

A história da EJA no Brasil traz consigo a luta por direitos educacionais que visam a melhoria na educação nacional voltada a jovens, adultos e idosos, que por diversos motivos deixaram de percorrer a vida escolar no tempo apropriado. Falar da historicidade da EJA no cenário educacional brasileiro ainda nos revela os processos de recuos e avanços. Para que dentro da evolução da política nacional a educação e as lutas sociais venham a se desenvolver, consolidando uma identidade própria de acordo com os princípios que as mesmas defendem, ao abordar alguns aspectos da historicidade da EJA, observa-se como essa identidade vem se transformando. Nesse processo, a EJA agregou muitas especificidades, o que a traz para uma forte identidade atualmente, além disso, ao aborda-se alguns aspectos dessa historicidade, observa-se alguns desses aspectos que tornam a EJA uma modalidade de ensino complexa e específica. O Brasil foi colônia de Portugal entre 1500 e 1822 e a educação escolar, nesse período se configurou em três fases propriamente ditas, conforme Ghiraldelli Jr. (2009, p. 24):

A educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases: a de predomínio dos jesuítas, as das reformas do Marquês de Pombal, principalmente a parti da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em que D.João VI, então rei de Portugal, trouxe a Côrte para o Brasil (1808-1821).

Coube aos jesuítas a educação catequética que visava, através do conhecimento religioso, instruir os índios, ensiná-los a ler, a escrever e a contar, entendia-se assim que podiam

controlá-los com os ensinamentos de acordo com as necessidades dos colonizadores, baseando, desse modo, a educação aos princípios de evangelização. Nesse contexto de alfabetização dos indígenas estavam, além das crianças, os índios adultos, configurando-se assim a primeira situação de educação voltada a jovens e adultos no país, porém, nada que viabilizasse preocupação ligada ao desenvolvimento educacional de acordo com pensamentos críticos diante do que era estabelecido pela sociedade predominante.

Mesmo com a saída dos jesuítas do Brasil, observamos que ainda estão muito presentes as características voltadas aos predomínios e paradigmas confessionais ou conservadores ao que se refere às responsabilidades da realidade educacional no país, visto que muitas das práticas e metodologias que são utilizadas atualmente na EJA têm raízes ainda ligadas e influenciadas por práticas vivenciadas nessa primeira concepção de educação de jovens e adultos existente no país. Por essa vertente, pode-se considerar que a origem da educação no cenário brasileiro é fundamental para a possibilidade de compreensão da constituição da EJA no Brasil, visto que para se chegar aos conhecimentos sobre a mesma a passagem histórica do cenário educacional demonstra como de fato a educação continua sendo discutida como um dos fatores que visam o desenvolvimento do país, observando-se, assim, que a educação continua se desenvolvendo perante as necessidades de melhorias para a sociedade brasileira. Paula e Oliveira (*apud* ROMÃO e GADOTTI 2007, p. 64) trazem de forma breve características que identificam esse período e suas consequências para a identidade da educação e escolarização da população brasileira:

Com a independência, ainda que a Constituição outorgada de 1824 previsse a “instrução primaria e gratuita para os cidadãos” (art.179), na pratica nada foi implementado para se atingir este alvo. Durante todo o período imperial, a educação de adultos ficou por conta das diferentes províncias que tinham que arcar com, praticamente, todo o ensino das primeiras letras. Por isso o Brasil chega ao final do império com cerca de 85% de sua população analfabeta.

O período do fim do Império e início da República traz consigo uma grande urbanização do país, refletindo em clima de renovação do cenário político e, por conseguinte, na reflexão da necessidade de abertura de escolas, porém, tal entusiasmo, na busca pela melhoria educacional na Primeira República - ou República Velha –, não se consolidaria, visto que as ideias de abertura e aperfeiçoamento das escolas só voltariam a ser discutidos novamente como necessidade para o desenvolvimento do país após a Segunda Guerra Mundial (1914-1917). Após esta guerra, em 1920, surge a ideia de renovação da República, a partir de grupos de alguns intelectuais da época, ressaltando a ideia inicial do período Republicano no Brasil, já que mesmo após duas décadas, as promessas para um país diferenciado das ideias do

Imperialismo continuavam estagnados, isso incluía também os fatores ligados ao desenvolvimento educacional no país como tornar o ensino público, já que segundo Ghiraldelli Jr (2009, p. 33):

No campo da educação havia um dado em favor dessa reclamação: em 1920, 75% da população em idade escolar ou mais era analfabeta. Para os olhos de alguns, era como se a República não estivesse de fato tornado a “coisa pública” algo realmente público\_ o ensino público não aparecia como prioridade.

Mesmo o analfabetismo permanecendo em pauta nas questões educacional, o fato da educação permanecer como responsabilidade dos estados e municípios não trouxe mudanças significativas para o desenvolvimento do sistema educacional nacional de forma fortalecida e com bases mais sólidas, visto que o período da República Velha não trouxe aos estados e municípios estrutura suficiente para administrarem o desenvolvimento do sistema educacional, ocasionando assim a não garantia, por parte da EJA, de uma agenda voltada a mesma dentro das políticas públicas que estavam sendo desenvolvidas no país nesse período. Durante a década de 1930, o Brasil continua seu processo de desenvolvimento e tem um grande crescimento no processo de industrialização e urbanização. Por consequência desse processo de desenvolvimento, os setores de serviços cresceram, e as exigências escolares se tornaram cada vez mais predominantes para a contratação de mão de obra. Com o governo de Getúlio Vargas, em seu governo provisório (1930), inicia-se no país um plano de reconstrução nacional, e,3 dentre os dezessete itens que visavam tais transformações, incluía-se a educação como expansão do ensino público e técnico-profissional, além da criação do Ministério da Instrução e Saúde Pública, como afirma Ghiraldelli Jr. (2009).

Nota-se a preocupação por melhoras no setor educacional, pode-se dizer que o programa de Revolução de 1930, criado por Vargas, foram de fato colocados em prática , visto que, atenderam algumas necessidades, mesmo que as medidas, diante do crescimento do país, pedissem medidas mais abrangentes e que pudessem sanar os problemas nacionais que ainda eram frequentes, o que incluía o setor educacional. Em 1932, com os propósitos da reconstrução educacional do Brasil, surge o Movimento dos Pioneiros da Educação Nova, e as ideias de Anísio Teixeira , que lutavam por uma educação que não lutassem pelos interesses das classes sociais, mais sim pelos interesses dos indivíduos, ou seja, diferentemente da escola tradicional da época, a escola nova visava trabalhar e estreitar os vínculos entre escola e meio social, almejando assim que os indivíduos fossem capazes de compreender os conteúdos abordados de acordo com suas realidades e não apenas que fossem preparados para o mercado de trabalho com uma metodologia educacional mecanicista.

Ligadas a essas concepções, nota-se novamente a preocupação em trazer, para o centro de discursões, a importância da educação, como também a necessidade de melhorias que visavam

traçar um ensino público que atendesse de fato todas as demandas da população brasileira para o desenvolvimento do país, assim como a preocupação com o desenvolvimento da sociedade e da população nacional em meio as grandes desigualdades sociais existentes, que ainda ressoam atualmente. Mesmo com as grandes mobilizações voltadas para transformações significativas no cenário educacional sobre a responsabilidade do Estado e diante da necessidade de criação de políticas educacionais efetivas, as mudanças de fato começam a surgir apenas a partir da década de 1940, período em que o Brasil passa por uma reconfiguração no cenário político. Além disso, o processo de industrialização continua crescente e com o fim da Segunda Guerra Mundial os impactos sobre o campo educacional se destacam novamente.

A necessidade de criar registros que visassem garantias ligadas aos direitos humanos torna-se importante, assim como as contribuições de outros campos de conhecimentos que tinham ligação com o cenário educacional. Já que os setores sociais estavam interligados com o progresso do setor educacional, os campos de conhecimentos e de pesquisas de outras áreas, como a política e o meio social, se tornavam relevantes para uma maior contribuição no conhecimento sobre o desenvolvimento da educação no Brasil, e a criação de registros, que focassem nesses estudos, ocasionaram à educação movimentos cada vez mais inclusivos e progressistas (PAULA e OLIVEIRA, 2011). Com o período de pós-guerra, e com as transformações ligadas aos conceitos sobre a educação, a EJA passa a conquistar espaço no meio das discussões ligadas ao meio educacional, consolidando assim algumas conquistas. Segundo Paula e Oliveira (*apud* ROMÃO e GADOTTI 2007, p. 69-70), essas conquistas podem ser divididas em 3 blocos temporais:

Quadro 1 - Breve Histórico - Características da EJA

Período	Características da EJA
1946-1958	<p>Período das grandes campanhas voltadas à erradicação do analfabetismo, entendido como causa do subdesenvolvimento, uma “doença a ser curada”. Tal interpretação aprofundou o caráter assistencialista da EJA.</p> <p>A EJA não logrou integração ao sistema educacional, mas seria foco episódico de atenção deste. Destaque para a Campanha de Educação de Adultos*, que mais adiante consolidaria a implantação do “ensino supletivo”, presente até hoje na cultura da educação de jovens e adultos nacional.</p>
1958-1964	<p>Esse período é marcado pelo avanço de um movimento crítico no âmbito das políticas sociais. O analfabetismo deixa de ser compreendido como causa e passa ser interpretado como um dos efeitos do subdesenvolvimento e das desigualdades socioeconômicas. Nesse cenário, as contribuições de Paulo Freire ganham visibilidade e ele é convidado a encabeçar a elaboração do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos.</p> <p>Destaque para o surgimento do Centro Popular de Cultura (CPC) e do Movimento de Educação de Base (MEB), como ações que fortaleceriam a consolidação do paradigma de uma educação popular humanizadora e emancipadora dos sujeitos envolvidos. No Brasil, Paulo Freire e suas teorias passam a ser marco paradigmático na revolução do pensamento pedagógico como um todo e, mais especificamente, da EJA.</p>
1964-1985	<p>Esse período representa um rompimento histórico com os processos democráticos e o retorno a concepções mais conservadoras no âmbito da EJA. A ditadura militar esvaziou as ações educativas de seu sentido ético, político e humanizador (como defendia Freire), atribuindo à educação escolar um caráter moralista e disciplinador, e EJA, uma posição cada vez mais assistencialista, do qual a expressão máxima foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Por outro lado, a sociedade, diante do cerceamento das liberdades e dos direitos, via-se mobilizada a recuperar a radicalidade das concepções e vivências progressistas e a enfrentar tais arbitrariedades alcançando uma crescente organização política que culminaria com o fim da ditadura e com o projeto de redemocratização do Brasil.</p>

\*Campanha implementada pelo professor Lourenço Filho que se constituiu num programa voltado à alfabetização, à formação profissional e ao desenvolvimento comunitário. Foi estruturado nos seguintes momentos: três meses para alfabetização inicial; sete meses para a pós-alfabetização; e sete meses para estudos equivalentes às quatro séries iniciais do ensino primário. O programa previa ainda uma segunda etapa, voltada para a profissionalização e o desenvolvimento comunitário. Apesar de apresentarem resultados significativos, principalmente na questão da articulação das ações governamentais, além da mobilização diferenciada dos segmentos interessados nessa questão, tais experiências não alcançaram êxito nas áreas rurais e, no final da década de 1950, o programa deixou de existir.

As informações apresentadas ressaltam de forma explícita como o processo de implementação da EJA, no sistema educacional brasileiro, se dá de forma lenta e fragilizada, com avanços e retrocessos de acordo com os interesses políticos, ocasionando descontinuidade ao que se refere a avanços que poderiam solucionar problemáticas que refletem de forma negativa as conquistas e lutas da EJA durante todo o processo de implementação da mesma no cenário educacional nacional. Vale ressaltar que para que as conquistas da EJA venham de fato a se concretizarem de maneira assertiva, atendendo as necessidades que englobem as bases culturais, sociais e estruturais do público alvo, é de extrema necessidade o reconhecimento e comprometimento, por parte das autoridades políticas, com a criação de programas e políticas educacionais que visem de fato serem colocadas em prática para que não sejam apenas disponibilizadas em formas escritas, ofertando assim a possibilidade de acesso ao direito e à permanência do aluno da EJA no convívio escolar, respeitando assim os seus direitos educativos.

### 2.1.2 Paulo Freire: principais contribuições

Com o fim da década de 1950 e início de 1960, o cenário nacional se encontrava com mudanças significativas na questão de crescimento das áreas urbanas, mas, mesmo com esse crescimento, ainda não era possível afirmar que a produção econômica do país estava mais desenvolvida nas cidades. Nesse cenário surgiram debates envolvendo as questões de desenvolvimento da nação, com as práticas do governo voltadas à industrialização do país com bases nos interesses das empresas e dos financiamentos internacionais, surge daí a grande necessidade dos intelectuais a repensarem de que forma o país estava a se desenvolver, e se de fato estavam seguindo os caminhos corretos para o desenvolvimento, visto que era notória que a participação do povo não estava de real interesse ligados ao discurso da democracia. Diante desta persistente indagação, sobre a participação de forma democrática do povo nas decisões que levariam ao desenvolvimento do país, surgem diversos movimentos sociais, políticos e culturais no início dos anos 60, como os Movimentos de Cultura Popular (MPCs), o Movimento de Educação de Base (MEB) e os Centros Populares de Cultura (CPCs) (GHIRALDELLI JR, 2009).

Tais mobilidades sociais tinham como foco de suas lutas uma educação para jovens e adultos, já que esta era reflexo das desigualdades sociais que permeavam a sociedade brasileira em seu processo de desenvolvimento. Diante do cenário de ideias e necessidades de

mudanças no cenário educacional, Paulo Freire destaca-se a partir de ações que se consolidaram como pedagogia popular, método Paulo Freire, pedagogia libertadora, entre outras nomenclaturas que o trabalho de Freire recebeu ao longo de seu trabalho no Brasil. Vale ressaltar que Freire era adepto das ideias de Anísio Teixeira, o responsável, como citado anteriormente, pelas ideias da educação nova, desenvolvidas pelo Movimento dos Pioneiros da Educação na década de 30. Difundindo suas ideias de maneira única e original, Freire traz uma nova perspectiva para o cenário educacional, que influenciou diretamente as práticas pedagógicas dos professores, pois, a partir das concepções do educador, as diferenças culturais, sociais, de gênero entre outras já não eram vistas apenas como exclusividades das populações mais pobres e sim que estavam presentes em todos os setores sociais.

Com ideias ligadas aos movimentos escolanovistas da década de 1930, as ideias de Freire criticavam a educação voltada à memorização, como também criticava a educação voltada aos interesses da elite que visavam buscar os diplomas apenas para se tornarem, a partir da aprendizagem, fontes de opressão e burocracias no desenvolvimento de suas atividades. Freire defendia uma educação que estivesse voltada aos interesses e necessidades da vida, para as problemáticas e resolução das mesmas a partir da educação. De acordo com Torres (1987, p. 16):

As técnicas da educação popular baseiam-se no fato de que se deve partir da realidade, refletir essa realidade e voltar a realidade praticando, corrigindo as falhas que se descobriu na reflexão. E isto é uma espiral que vai sempre dessa maneira: parti da realidade, refletir essa realidade e voltar à realidade. E assim a gente vai educando, é assim se verifica o processo de ensino-aprendizagem em que ninguém é o mestre e o mestre e o aluno, pois todos estamos no mesmo nível.

Para Freire, a população oprimida pelos interesses da sociedade burguesa não possuía voz na sociedade opressora, porém produzia cultura, diversidade e educação informal; por essa vertente, era necessário que a metodologia de ensino estivesse ligada ao contexto da comunidade, da realidade das populações à margem da sociedade. Freire também criticava a educação convencional e a nomeava como educação bancária, já que esta anulava a possibilidade dos alunos terem e colorem em prática seus conhecimentos prévios, além de utilizar metodologias que demonstravam a opressão, tão criticada por Freire, pois apenas confirmava as ideologias de uma sociedade opressora que não se preocupava de fato com os pensamentos dos cidadãos, nem com uma educação significativa de acordo com a realidade dos mesmos. Nesse contexto, observa-se como a educação começa a ser pensada e colocada em prática a partir das contribuições de Paulo Freire, porém, as lutas em prol da educação nacional e por conseguinte a EJA eram marcadas por retrocessos ligados à política, pois as ideias

defendidas por Freire batiam de frente com os interesses políticos, já que a pedagogia do mesmo pautava o analfabetismo como consequência de uma sociedade desigualitária, assim, consoante Moura (*apud* FREIRE 1981, p. 13) numa “concepção crítica, o analfabetismo nem é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta”.

Diante do cenário do Golpe Militar de 1964, que deixaria de lado as ideias sobre democracia no Brasil, as ideias de Freire, assim como todas as ideias voltadas as melhorias educacionais e sociais do país, comprometidas com as classes populares e a busca pela conscientização da melhoria de suas vidas, foram barradas pelo regime militar ; os programas ligados à alfabetização de jovens e adultos foram colocados de lado ou até mesmo encerrados, onde observa-se novamente um retrocesso nos avanços ligados às melhorias educacionais no país, e nas lutas traçadas pela EJA por reconhecimento de sua importância como um todo, tais consequências, ligadas ao governo de bases militares, altamente autoritário, acaba culminando com o exílio de Paulo Freire. Porém, as ideias e a forma de trabalho deste autor foram e são importantes para os avanços no sistema educacional brasileiro, principalmente as metodologias de ensino aplicadas na EJA.

### 2.1.3 As décadas de 80 e 90: marcos legais e as novas contribuições para a EJA

Com o cenário nacional político em processo de mudanças e o fim do período da Ditadura Militar, as definições de política começam a se desenvolver em torno dos desafios encontrados para solucionar problemas ligados ao desenvolvimento econômico do país e dos problemas sociais que ainda afetavam significativamente a sociedade brasileira. Nota-se, nesse período, grandes avanços ligados às perspectivas educacionais, visto que com o processo de reorganização da sociedade, como sociedade democrática, no começo dos anos 80, torna-se possível a volta de grandes intelectuais e educadores como Paulo Freire. Defensores de uma educação de qualidade, possibilitando possíveis soluções às desigualdades sociais a partir do meio educacional para o Brasil, MOURA Tania (1999, p. 35) reafirma essa expectativa de mudanças a partir dessas ideias quando diz:

dente eles Paulo Freire-trazendo consigo uma “bagagem” de experiências e novos conhecimentos, a reorganização e mobilização da sociedade civil, fazendo ressurgir os movimentos populares, a rearticulação dos partidos políticos de esquerda e do movimento sindical, bem como a ampliação e revisão de movimentos educativos como o MEB, e o nascimento de experiências de caráter popular baseadas nas concepções e método de Paulo Freire.(MOURA Tania, 1999)

Vale ressaltar que, mesmo diante de um cenário político conturbado, com avanços e retrocessos em todos os setores de desenvolvimento do país, inclusive a educação, as questões políticas na década de 80 trazem grandes avanços e grandes contribuições para a área educacional brasileira, por consequência também para a educação de jovens e adultos. Um grande passo para tais avanços está presente na Constituição Federal de 1988, com a extensão da obrigatoriedade de educação básica para jovens e adultos; no âmbito internacional temos as ideias propostas pela Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos (UNESCO, 1990), que se torna um grande marco do processo do desenvolvimento da educação no sistema brasileiro, já que suas ideias abrangem a necessidade de levar aos povos, em contexto universal, as oportunidades de educação.

Esse plano de ação, colocado como referencial pelo governo e instituições que estejam ligadas com o compromisso com a educação, já que há a necessidade de que seja alcançada de maneira universal, se torna missão primordial para a melhoria da mesma. Ligada a essas vertentes de ideias profissionais atuantes na educação, a própria sociedade se vê disposta a reafirmar as ideias que constituem tais mudanças na busca pela educação para todos, ou seja, torna-se imprescindível a reafirmação do direito de todos pela educação, o reconhecimento de que a educação se desenvolve durante todo o processo de desenvolvimento humano e não apenas em um momento específico, assim como em outros lugares que fogem aos ambientes escolares, além de descentralizar o processo de aprendizagem da figura do professor como o agente “portador” de conhecimento, sendo o único a ter em si todos os saberes a serem compartilhados.

A partir dessas concepções, observa-se uma grande ampliação da educação no contexto dos sistemas públicos de ensino e da sociedade civil como um todo, visto que, a partir dessas mudanças, a urgência pela democratização de escolas públicas se vê cada vez mais necessária, tendo como princípio um ensino público de qualidade, que, além de acesso, traga a possibilidade de permanência do aluno, sendo este, criança, jovem ou adulto. Para um sistema de ensino de qualidade, começa-se a pensar e a buscar meios que tragam um sistema educacional composto por diversas instituições que atendam de forma igualitárias os diversos indivíduos envolvidos, ou seja, instituições que atendam as diversidades locais, culturais, sociais e que abranjam metodologias pedagógicas ligadas à realidade da comunidade na qual a mesma esteja ligada.

Se faz necessário, também, a partir dessas concepções, a formação dos profissionais de educação inicial e continuada, para que eles, em seus papéis de professores e educadores, estejam preparados para atuarem em diversos meios e possam contribuir na construção e

compartilhamento dos conhecimentos de acordo com a diversidade presente em seu ambiente de trabalho. O processo de mudanças no sistema educacional brasileiro ainda ocorre a passos lentos, porém, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, em 1996, as reformas e lutas em prol da educação nacional começam a se desenvolver no país, isso conta também pela grande participação da comunidade escolar, trazendo envolvimento e intervenções a partir da criação de projetos que visam cada vez mais a qualidade do ensino público ofertado.

As mudanças no contexto educacional do país alcançaram de forma significativa a EJA, sendo essa há muito tempo colocada em âmbitos cada vez menores dentro das discussões sobre educação ou apenas como ação dos movimentos populares como forma de acolhimento da população menos favorecida educacional e socialmente. A partir da década de 1990, a EJA retorna as discussões educacionais no cenário nacional, trazendo velhas e novas concepções sobre a sua importância para a sociedade brasileira. A quinta Conferência Internacional de Educação de Adultos (V CONFITEA), realizada em Hamburgo no ano de 1997 (UNESCO, 1997). Passou a ser referencial e um dos grandes marcos legais para a EJA, pois, por conter um referencial conceitual e legislativo, ela passa a ser utilizada como base por profissionais e instituições ligadas à educação de jovens e adultos no âmbito nacional para a elaboração de projetos que visam atender as necessidades do público alvo da EJA, além da criação de programas de alfabetização que vêm se desenvolvendo e se comprometendo com a realidade educacional do educando da EJA, tendo uma visão de progressos, principalmente por ampliar a concepção de educação para todos ao longo da vida.

Nota-se que a Declaração de Hamburgo foi ponto importantíssimo para os avanços da EJA, visto que, diferentemente de todo o processo de busca e aceitação da mesma, das lutas pelo reconhecimento como modalidade de ensino e dos progressos e retrocessos enfrentados, são colocados em pauta as perceptíveis mudanças ocorridas na historicidade da EJA, ressaltando a importância da educação ao longo da vida. Assim, no art.3 da Declaração de Hamburgo propõe-se que:

A educação de adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado a sua vida. A educação ao longo da vida implica repensar o conteúdo que reflita certos fatores, como identidade, igualdade entre os sexos, necessidade especiais, idiomas, cultura e disparidades econômicas. Engloba todo o processo de aprendizagem formal e informal, onde pessoas consideradas 'adultas' pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade

multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos. (UNESCO, 1997).

Olhando pelo ponto de vista do poder público, pode-se falar sobre as necessidades e especificidade da EJA de acordo com algumas práticas voltadas para seu desenvolvimento dentro das instituições de ensino, o mesmo deve subsidiar a criação de projetos que atendam às necessidades das comunidades em que tanto o aluno da EJA quanto as instituições se encontram localizadas. Tais projetos devem ser criados em conjunto entre a equipe gestora das instituições de ensino e comunidade ao entorno da mesma, cabe ao poder público prover recursos financeiros e humanos que atendam e garantam a prática de tais projetos. Cabe à sociedade civil, a divulgação desses projetos, a necessidade de problematizar as ações do poder público, incentivando assim as comunidades a lutarem por seus direitos e, além de incentivar os projetos, ajudar em seu desenvolvimento e lutar junto às causas da EJA, para a concretização e garantia da mesma no cenário educacional brasileiro.

Diante dessas percepções, os reflexos dos avanços e conquistas da EJA, no cenário educacional brasileiro, podem ser confirmados a partir da elaboração e promulgação de algumas leis que interferem de forma positiva e significativa nas práticas docentes na modalidade de ensino EJA, como a LDBEN, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001 (BRASIL, 2001), as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos – Parecer CEB/CNE nº 11/200 (BRASIL, 2000), além da sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFITEA), esta última reafirma os compromissos já discutidos nas edições anteriores, como também reafirma as ideias presentes na Declaração de Hamburgo, trazendo como principal pauta a avaliação do empenho dos países no que se refere à educação da população jovem e adulta.

Vale ressaltar que tais ações e leis, que trazem avanços a EJA, dentro do sistema educacional brasileiro, contam também com a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- (FUNDEB), Lei nº 11.494/2007 (BRASIL, 2007), que traz para a EJA recursos ligados ao financiamento e a inclusão da mesma no sistema educacional. Os avanços da EJA no campo educacional nacional se reafirmam também perante o desenvolvimento do cenário legislativo brasileiro, pois eles reafirmam a necessidade da participação da população brasileira nos processos de criação de ações governamentais que possibilitem melhorias sociais e educacionais por meio da implementação de políticas públicas e educacionais no país, visto que se faz necessário conhecer a realidade da população para que medidas sejam adotadas e colocadas em práticas de acordo com as necessidades que surgem, ou seja, as leis por si só não

são capazes de fixar culturas, se torna impossível a criação de práticas que transmitam o bem comum da sociedade sem que tais processos históricos sejam estudados e utilizados como referência para solucionar problemáticas que se arrastam com o decorrer do tempo, o que traz a reflexão sobre a ligação persistente entre os direitos humanos dentro de uma sociedade com os direitos educativos, além de fazer com que a existência dos direitos legislativos, dentro da sociedade brasileira, trace melhorias sociais a partir dos processos históricos que liguem educação e sociedade (PAULA e OLIVEIRA, 2011).

#### 2.1.4 A importância das Políticas e Programas Educacionais para a EJA

As mudanças presentes no cenário social brasileiro permitiram os progressos ao que se refere à criação de políticas públicas que atendessem as necessidades da população nacional, o que contribui positivamente para o setor educacional, pois com esses avanços era possível que o setor ganhasse espaço e recebesse, de maneira mais extensa, atenção para as problemáticas do mesmo, e, conseqüentemente, o reconhecimento da necessidade de ações voltadas a soluções das mesmas. Os avanços no setor econômico e os avanços tecnológicos também influenciam de maneira significativa a busca de qualificação diante dos desenvolvimentos em que a sociedade se encontra constantemente. A reafirmação dos direitos educacionais trouxe conseqüências significativas para os avanços educacionais no país. A EJA torna-se um espaço de estratégias voltadas à construção de uma sociedade igualitária e democrática, visto que seus princípios sempre defenderam a necessidade de se pensar educação como pressuposto da extinção da exclusão e desigualdade social. Os avanços no campo educacional, de acordo com o campo das leis presentes no país, foram significativos, o que pode ser observado na Constituição Federal de 1988, que garante o direito ao ensino fundamental, incluindo aqueles que não tiveram acesso a ele na idade adequada.

Mas o que ainda se observa é que o que é previsto em lei não é colocado em prática ou não tem ações voltadas para transformações significativas e que presem pela qualidade ao serem desenvolvidas. Isso consiste em ações e práticas que não permanecem ativas e com resultados significativos, ou seja, as reformas educacionais ainda caminham a passos lentos justamente por não estarem sendo executadas conforme os meios legais, o que mostra que ainda são pouco efetivas em relação a suas práticas de fato, refletindo na prática da garantia dos direitos constitucionais, e traçando, assim, programas que viabilizem a eficiência e eficácia quanto as necessidades da modalidade de ensino EJA. Segundo Paula e Oliveira (*apud* GENTILLI, 2001, p. 39):

É evidente que existe uma diferença entre a condição de excluído (um estado) e as dinâmicas de exclusão (um processo). De tal forma, nem toda ação que pretende acabar com o analfabetismo acabar, de fato, com as causas que produzem os processos de exclusão educativa de milhões de indivíduos, um de cujo indicadores e o número de analfabetos existentes em um determinado momento histórico.

É plausível identificar que as responsabilidades do Estado sobre a concretização das ações voltadas ao contexto educacional enfrentam significativas dificuldades, visto que para que se atenda às carências e falhas do sistema educacional brasileiro, de acordo com as necessidades da população, é necessário ações práticas e efetivas – o que implica dizer que mesmo com os avanços dentro das questões legais sobre a educação, ainda existem desafios a serem enfrentados – e que tragam resultados significativos para aprendizagem com a efetivação dos programas e políticas voltadas à educação. Atualmente os avanços ao EJA contam com diversos programas organizados pelos governos federal, estadual e municipal, além das contribuições de organizações da sociedade civil que conta com algumas entidades de serviços privados que apoiam direta ou indiretamente no auxílio educacional para os alunos da EJA em parceria com o governo, para que o combate ao analfabetismo seja de fato alcançado.

Nos últimos anos se torna abrangente as propostas do Governo Federal para atender os diversos setores da sociedade brasileira, possibilitando a participação dos diversos segmentos sociais, pois assim desenvolvem-se a criação de Grupos de Trabalho (GTs) e Conselhos Gestores de Políticas Públicas, propiciando, dessa forma, identificar de forma mais precisa as problemáticas existentes e a criação de programas e políticas que possam suprir as necessidades dos setores a serem atendidos. A partir dessas ações efetivadas pelo Governo Federal em 2004, foi criado o Grupo Interministerial da Juventude, com o objetivo de fazer um diagnóstico da juventude brasileira e dos programas do governo federal que atendiam a esse público.

A partir desse levantamento, recomenda-se a necessidade da Secretaria, do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), instituído em 30 de junho de 2005, pela Lei 11.129. Cabe à Secretaria Nacional da Juventude formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude voltadas às políticas juvenis, já o Conselho Nacional de Juventude fica responsável por formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas para os jovens, bem como elaborar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica desse público.

O PROJOVEM inicialmente estava voltado para jovens de 15 a 24 anos, que não concluíram o ensino fundamental, e tinha como objetivo a reintegração destes nas escolas, além de propor qualificação profissional e oferecer ações de cultura, lazer, esporte e cidadania.

O Governo criou, em 2006, com o objetivo de atender os grandes avanços e demandas pela educação, trabalho e qualificação profissional, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA (Decreto nº5.840, de 13 de julho de 2006), que abrange: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e II - educação profissional técnica de nível médio. Podendo ser adotado também pela iniciativa privada através do Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Para a garantia da oferta de políticas públicas educacionais, que garantam acesso e permanência dos alunos no contexto escolar, é necessário a compreensão de diversidade e diferenças existentes em todos os setores da sociedade. A Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC atualmente promove a articulação e convergência das agendas para garantir o direito de todos à educação, com qualidade e continuidade, orientando as políticas públicas educacionais que liguem as diversidades humanas e sociais com os processos educacionais.

A elaboração de políticas públicas baseadas no reconhecimento das diversidades agrega com maior abrangência o processo de inclusão, possibilitando uma educação de qualidade pautada nas necessidades específicas da sociedade e das modalidades de ensino. A SECADI desenvolve ações e programas juntamente com quem visa melhorias para temáticas e modalidades de educação, atuando na área de Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação para as Relações Étnico-raciais, Educação em Direitos Humanos. Em relação aos programas desenvolvidos para o campo da EJA, a partir da SECADI, pode-se citar o Brasil Alfabetizado, que é realizado pelo MEC desde 2003, voltado à alfabetização de jovens, adultos e idosos.

O programa é desenvolvido dentro de todo território nacional, com atendimento prioritário aos municípios que apresentem altas taxas de analfabetismo, estando 90% destes localizados na região Nordeste do país. As áreas onde os índices de analfabetismo ainda se encontram elevados recebem apoio técnico e ações do programa que visam continuidade nos estudos do alfabetizando. As ações, projetos e programas da SECADI são destinados à formação de gestores e educadores, à produção e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos, à disponibilização de recursos tecnológicos e à melhoria da infraestrutura das

escolas, podendo dessa maneira influenciar fatores que promovam o acesso à escolarização, consequentemente reduzindo as desigualdades educacionais e promovendo respeito e participação de todos os estudantes. Outro programa que atende diretamente ao público da EJA é o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA), que viabiliza a disponibilidade dos livros didáticos ao alfabetizando e estudantes jovens e adultos, para as instituições parceiras do Brasil Alfabetizado.

Porém, é necessário analisar como os conjuntos de políticas e programas educacionais, voltados para a EJA, atendem as necessidades do público alvo, de que forma teoria e prática desenvolvem-se interligadas ao que diz respeito à integração da educação como suporte necessário para a prática dos direitos humanos e desenvolvimento social, respeitando as características individuais de cada indivíduo perante a sociedade, pois assume-se que no processo educacional é necessário entender as diferenças existentes entre os seres humanos, e o ponto primordial para os processos de inclusão se dá consequentemente na construção de um lugar social cada vez menos excludente a partir dos processos educacionais. Observa-se que o crescimento das percepções democráticas no Brasil ocorre mediante as transformações históricas ocorridas durante todo esse processo de desenvolvimento, o que implica dizer que a participação da sociedade civil, nas tomadas de decisões, influenciaria diretamente nas propostas das políticas e programas educacionais, que por essa vertente tendem a atender diretamente as necessidades da sociedade. Por esse lado, pode-se observar a importância dos fóruns, visto que os mesmos estão voltados para os debates que englobam os processos históricos da criação da EJA, assim como o que se pretende ter consolidado nos avanços da mesma.

Os fóruns da EJA surgem inicialmente em 1996, a partir da convocação da Unesco, onde esta foi organizadora da V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, que aconteceu no ano seguinte em Hamburgo. A partir dos fóruns é possível identificar de que forma as políticas e programas educacionais alcançam os envolvidos da EJA, além de, a partir dos mesmos, ser possível firmar tempo de aprendizagem, pois os fóruns de EJA, ao abrangerem todos os estados brasileiros, abrem diálogos sobre a diversidade presente no campo da EJA, traçando descobertas e compartilhando experiências que consequentemente traz novos processos democráticos, possibilitando novos pensamentos para melhorias e qualidade na educação de jovens e adultos no país. Com o referencial dessas experiências que surgem nos fóruns estaduais, é criando o Encontro Nacional de Jovens e Adultos o (ENEJA), que ocorre anualmente desde 1999.

Os mesmos possuem registros que trazem as reflexões sobre como o campo da EJA vem sendo atendido pelas políticas educacionais em âmbito nacional, possibilitando, assim, relatórios que demonstram a memória da EJA e suas lutas traçadas. No âmbito da educação popular, movimentos que seguem os mesmos princípios do ENEJA começam a mostrar força a partir de 2001, podemos citar, por exemplo, o Movimento de Alfabetização (MOVA), que surge inicialmente em 1990, na gestão de Paulo Freire na Secretaria de Educação de São Paulo. O Mova elaborado com os pensamentos freirianos, como princípio de educação popular, tinha o intuito de resgatar a cidadania e reconhecimento do aluno como indivíduo capaz de intervir no próprio conhecimento, ou seja, o aluno capaz de desenvolver seu conhecimento, e a alfabetização no ambiente escolar a partir das suas próprias experiências de vida e de acordo com sua realidade social. Seguindo esses pensamentos, em 2001, o movimento retorna como Mova-Brasil, trazendo o resgate sobre a alfabetização de acordo com a educação popular, com o intuito de redução dos índices de analfabetismo no país. Paula e Oliveira (2011, p. 39) identificam as temáticas dos fóruns da EJA e do MOVA a partir do quadro a seguir:

**Quadro 2 - Temáticas dos Encontros Nacionais dos Fóruns EJA e Mova**

Período	Encontros nacionais	
	Fóruns EJA (Eneja)	Fóruns Mova (Rede Mova Brasil)
1999	I - Em busca de uma política integrada de educação de jovens e adultos: articulando atores e definindo responsabilidades (Rio de Janeiro/RJ).	
2000	II - Os conceitos de educação de jovens e adultos, parcerias e estratégias de articulação (Campina Grande /PB).	
2001	III - A divisão de responsabilidades entre os organismos governamentais das três esferas administrativas e as organizações da sociedade civil para a consecução das metas relativas à educação de pessoas jovens e adultas previstas no Planalto Nacional de Educação (São Paulo/SP).	I - Mova-Brasil, herdeiros da Educação Popular (Porto Alegre/RS).
2002	IV - A EJA em cenário de mudanças (Belo Horizonte/MG).	II - Reafirmando a Educação Libertadora: concepção de alfabetização e cultura (ABC/SP).
2003	V - Educação de Jovens e Adultos: comprometimento e continuidade (Cuiabá/MT).	III - Os Movas como política pública de jovens e adultos (Goiânia/GO).
2004	VI - Políticas públicas atuais para a educação de jovens e adultos: financiamento, alfabetização e continuidade (Porto alegre/RS.)	IV - Mova–Brasil na política pública da Educação de Jovens e Adultos (Campo Grande/MS).
2005	VII - Diversidade na EJA: papel do Estado e dos movimentos sociais nas Políticas Públicas (Luziânia/GO).	V - Mova-Brasil tecendo a Educação Popular Libertadora: políticas públicas e diversidade (Brasília/DF).
2006	VIII – EJA – uma política de Estado: avaliação e perspectivas (Recife/PE).	VI- Mova Brasil: interface com as políticas públicas de EJA (Fortaleza/CE).
2007	IX - A atualidade do pensamento de Paulo Freire e as políticas de EJA (Pinhão/PR).	Encontros Regionais
2008	X - História e memória dos encontros nacionais dos Fóruns de EJA no Brasil: dez anos de luta pelo direito à educação de qualidade social para todos (Rio das Ostras/RJ).	VII - Oito anos de Mova Brasil: avanços e desafios (São Sebastião/SP).
2009	XI - Identidades dos Fóruns de EJA: conquistas, desafios e estratégias de lutas (Belém/PA).	Encontros regionais

Fonte: Paula e Oliveira (2011).

Observa-se a partir do quadro acima, a quantidade de temáticas e ações voltadas às lutas pela Educação de Jovens e Adultos, desenvolvidas pelos movimentos populares e pelos sistemas que englobam as políticas públicas voltadas para a escolarização e alfabetização. Isso é o que traz a essência da EJA, pois há uma historicidade de lutas, avanços e retrocessos, na busca de educação de qualidade, que respeite os direitos defendidos por lei e que viabilize a educação, como suporte para a transformação social, diante de uma sociedade desenvolvida diante de processos excludentes.

## **2.2 A EJA no Maranhão**

No Maranhão, os indicadores sociais revelam os índices de pobreza que existem no estado, apesar dessa questão não ser necessariamente um privilégio, pois as desigualdades sociais estão presentes de forma agravante em todo o contexto social brasileiro, o que afeta diretamente as questões educacionais no Maranhão e em todo Brasil. Vale ressaltar que o cenário político ligado ao Governo do Estado vem mudando com o decorrer do tempo, e que as atuações governamentais atualmente buscam melhorias no campo educacional maranhense. Porém, tais ações ainda precisam alcançar muitas áreas do estado, buscando estarem cada vez mais ligadas aos desenvolvimentos das comunidades para viabilizar suas reais necessidades.

Assim como todo o processo histórico de desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos no Brasil esteve ligado a processos de avanços e retrocessos, e que envolviam também questões ligadas a política e questões econômicas presente no cenário nacional, a EJA, no Maranhão, segue o mesmo princípio no que se refere ao seu desenvolvimento no estado, buscando a erradicação do analfabetismo, pois, como já visto anteriormente na década de 60, os índices de analfabetismos eram alarmantes em todo o país, e no Maranhão a preocupação por uma educação voltada para adultos já se fazia presente, além disso, as tentativas de criação de movimentos pela educação popular começam a surgir de acordo com as experiências ligadas às vertentes intelectuais de Paulo Freire com os movimentos ligados a ele, sendo desenvolvidos no Nordeste brasileiro na década de 60.

### **2.2.1 Breve histórico do contexto maranhense: os processos de desenvolvimento para a implementação da EJA em São Luís/MA**

Na segunda metade do século XVIII, é criada a Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, com tais investimentos a economia colonial do estado se desenvolve

principalmente com a produção de algodão, arroz, e em meados do século XIX, a cana-de-açúcar também se torna uma potente fonte de arrecadação de bens para o estado maranhense. Contribuindo dessa forma para a base da econômica do estado, até o fim do século XIX, toda essa base econômica contava com a estrutura do trabalho escravo, assim como em todo cenário nacional, tornando, assim, o estado uma das áreas mais ricas do país pelas grandes produções que aqui existiam. Porém, a abolição da escravatura em 1888, trouxe para o estado um grande período de decadência, e a população maranhense era crescente, além de as oportunidades de trabalho serem cada vez mais extintas. Observa-se a partir dessas questões que os atrasos econômicos que o Maranhão vinha a enfrentar estavam ligados à baixa qualificação da mão de obra existente no estado, principalmente nas áreas do interior. Sobre isso, Leite (2009, p. 36) diz que:

no interior do estado, a quase inexistência de assistência técnica e a difusão tecnológica e, sobretudo, a incipiente capacidade de agregação de valores aos bens primários produzidos. O dilema principal está no fato de os setores mais dinâmicos estarem localizados na dimensão enclavica da economia.

Ou seja, as centralizações das questões econômicas, somente nos setores de produção, excluem as demandas de outras áreas do estado na participação do processo de desenvolvimento econômico, assim os processos de qualificação profissional e educacional se tornam distanciados, principalmente em áreas do interior do estado. A problemática da alfabetização no Maranhão se constitui a partir de várias questões ligadas ao desenvolvimento econômico do estado. Vale ressaltar que muitas iniciativas foram abertas pelas diretrizes políticas governamentais, com o intuito de solucionar e disseminar ideias sobre a problemática da alfabetização no estado. Em julho de 2007, um ciclo de experiências em Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos do Maranhão é promovido pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). O mesmo tinha como principal objetivo fazer o reconhecimento e valorização dos movimentos desenvolvidos no Maranhão na questão da alfabetização popular. Continuando nesse esforço de agrupar palestras que seriam desenvolvidas nesse ciclo, a SEDUC desenvolveu o Programa Brasil Alfabetizado, Programa Vamos Ler e Saberes da Terra. Os três programas visavam construir propostas e métodos voltados à alfabetização de jovens, adultos e idosos e principalmente os que viviam e trabalhavam em áreas rurais (LEITE, 2009). Outras iniciativas em prol da constituição da EJA surgiram e permaneceram a partir de então no Maranhão, como o Sistema Integrado de Educação Pública no Estado do Maranhão (SIEPE) e a Comissão Maranhense para Erradicação do Analfabetismo (COMEIA).

Assim, foi possível criar o Plano de Alfabetização Educadora de Jovens, Adultos e Idosos do Maranhão (PAEMA), onde este visava, a partir das experiências alfabetizadoras de características populares, solicitar aos municípios maranhenses leituras a serem feitas de forma coletiva, para possíveis levantamentos de questionamentos a serem discutidos nos fóruns realizados no estado em prol da EJA. Vale ressaltar que, com todo esse processo de avanços relacionados a EJA, em 2007, Jackson Lago em seu governo reconhece e estimula instituições públicas e privadas para a necessidade de se falar e criar ações sobre a problemática. Leite (2009, p.19) diz::

O governador inscreveu o PAEMA, entre as 12 políticas prioritárias de sua gestão, para concentra como um dos focos políticos de sua gestão o de possibilitar aqueles maranhenses destituídos de instrumentos para participar do patrimônio da cultura letrada, um processo de aprendizagem e ensinagem que ofereça oportunidade para ampliar a liberdade humana, política e existência, pela experiência de uma alfabetização educadora.

Em julho de 2008, o PAEMA foi lançado de forma oficial na Conferência Estadual de Educação Alfabetizadora de Jovens, Adultos e Idosos do Maranhão, onde pode-se notar a existência de um grande avanço sobre as percepções de apoio por parte do governo e da sociedade civil pelas afirmações da existência de um Maranhão que pudesse superar o processo de exclusão, que deixa o povo maranhense em grandes números fora do contexto educacional, tento como consequência os dados negativos do analfabetismo no estado. Nessa mesma ocasião, foi assinado o Pacto pela Alfabetização Educadora do Maranhão, pelo então governador Jackson Lago e pelo presidente da Federação dos Municípios Maranhenses (FAMEM), representado na época pelo Srº Cleomar Terra (LEITE, 2009).

O planejamento para o desenvolvimento do Maranhão, nos anos seguintes, estava pautado na mobilização da sociedade maranhense em participar ativamente das demandas de desenvolvimento, propostas pelo atual governo, que defendia amplamente a necessidade de mudanças diante das dificuldades no contexto social existente no estado, com a criação de políticas públicas pautadas nas necessidades da população, trazendo, assim, perspectivas de mudanças também ao cenário político maranhense, que há muito tempo vinham sendo aspiradas pelo povo maranhense.

Para isso, fazia-se necessário mudanças radicais no papel político do Estado, o que significaria substituir formas de governo elitistas para um governo aberto e pautado ao povo, dando abertura de participação de diversos setores sociais na criação de políticas públicas a serem desenvolvidas no estado, dentre elas a educação, que nesse momento estava em pauta como prioridade de desenvolvimento, visto que os processos educativos e a preocupação com

o analfabetismo no Maranhão estavam recebendo maior atenção e envolvimento por parte do Governo do Estado a partir de 2007.

Vale reconhecer os esforços do governo, porém ainda são necessários grandes avanços, já que o novo conceito de educação de jovens e adultos põe em questão as práticas atuais de acordo com o processo histórico da EJA. No Maranhão, as decisões governamentais, no período de 2007, em mudar a realidade presente no estado sobre as questões do analfabetismo estão envoltas na criação de ações e de secretarias que atendessem tal problemática na busca de soluções, uma dessas ações, como já visto anteriormente, foi a Comissão Maranhense para a Erradicação do Analfabetismo (COMEA).

Esta surge com o propósito de analisar as propostas existentes em programas voltados à alfabetização, como, por exemplo, o Brasil Alfabetizado. A partir dessas análises a COMEA acompanha o desenvolvimento do Plano Estadual para a Erradicação do Analfabetismo, podendo traçar adaptações se necessário para que exista integração entre as propostas praticadas no estado com as políticas definidas pelo Governo Federal. Faz-se necessário ressaltar que, em 2007, surge também o Sistema Integrado de Educação Pública no Estado (SIEPE), o mesmo foi instituído a partir de iniciativas do Governo do Estado do Maranhão, com o objetivo de desenvolver ações voltadas à inovação no cenário educacional maranhense, baseado em propostas que tragam planejamento, direcionamento e gestão democrática, para que as ações educacionais venham a ter resultados positivos e significativos. As contribuições do SIEPE trazem novas formas de se pensar educação no Maranhão, visto que a gestão democrática demonstra a preocupação em planejar e traçar objetivos e ações educativas voltadas para as reais necessidades dos educandos.

A EJA destaca-se cada vez mais no cenário social brasileiro, justamente pela necessidade da compreensão da leitura e escrita como fator de grande influência no que se diz respeito à execução do papel de cidadania diante das constantes mudanças as quais as sociedades contemporâneas passam. No âmbito da educação municipal da cidade de São Luís, o atendimento a EJA é ofertado pela Secretaria municipal de educação - SEMED/SAEJA de acordo com o PME/2015 2024, com a oferta do 1º e o 2º segmentos do Ensino Fundamental em 65 escolas da rede.

A SEMED/SAEJA desenvolve ainda, por meio de parcerias e convênios, programas e projetos federais e institucionais: Programa Brasil Alfabetizado, Programa Projovem Urbano, Pronatec, ABC Nefro, Recriando Ideias, Além da Leitura e da Escrita - EDUCANDO para o exercício da cidadania e o Projeto Educar e Incluir. Segundo o censo demográfico do IBGE de 2010, a população residente de São Luís na faixa etária de 15 anos ou mais era de 774.459

habitantes, destes 36.131 eram analfabetos. Com base nestes dados, o município por intermédio da EJA, desenvolveu ações objetivando vencer essa realidade.

A busca e a permanência de alunos na modalidade de ensino EJA engloba muitos motivos. Dentre eles, a necessidade de conciliar tempo de trabalho com o tempo escolar, além de um fator primordial em sala de aula que é a metodologia utilizada pelo professor; em outras palavras, definimos que a aula é um dos principais motivos de permanência ou não dos alunos na escola, pois a aula é composta não só pelo trabalho pedagógico e sua metodologia de ensino, mas também por toda influência interna e externa da instituição escola, e os recursos didáticos utilizados nas aulas também se enquadram nesses fatores de permanência do aluno ou não na escola. O Recurso didático utilizado nas turmas da EJA devem estar de acordo com a necessidade dos alunos, não podendo serem usados os mesmos livros do ensino regular como nos mostra o PME/2015-2024 de São Luís - MA, que na estratégia 9.19 da meta 9 diz:

Garantir a melhoria do processo ensino aprendizagem, tendo como base a proposta pedagógica da Rede Pública Municipal de Ensino, materiais didático-pedagógicos e equipamentos acessíveis e tecnologia educacional adequada, fortalecendo a identidade do currículo da Educação de Jovens, Adultos e Idosos e contemplando as temáticas sociais contemporâneas. (SÃO LUIS, 2015, p. 71).

O PME estabelece metas e estratégias que visam o desenvolvimento de suas políticas que estão voltadas para a EJA, assegurando estrutura adequada para o desenvolvimento da educação, além de recursos e matérias pedagógicos que estejam de acordo com as necessidades dos alunos. Há necessidade também de adequação aos seguimentos referentes à alimentação, ao transporte escolar, no caso dos estudante que moram em outras localidades fora da comunidade a qual a escola está inserida, ao acompanhamento pedagógico especializado, aos profissionais e trabalhadores da educação admitidos via concurso público, à formação continuada, à remuneração compatível com os demais profissionais de mesma escolarização e demais condições necessárias para a prática de atividades educacionais, culturais e esportivas na rede municipal, assegurando, assim, a permanência do aluno na escola e sua participação no mercado de trabalho e seu papel social como cidadão. Dessa maneira, estão previstas na Meta 9 do PME as seguintes estratégias:

9.2 - Garantir o acesso e a permanência em escolas públicas municipais, da cidade e do campo, a Educação de Jovens, Adultos e Idosos a todos aqueles que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental na idade própria. (SÃO LUIS, 2015, p. 70).

9.15 - Formalizar parcerias com outras secretarias e instituições afins, objetivando a formação de uma equipe multiprofissional no sentido de prestar assistência ao estudante da Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

9.16 - Assegurar o transporte escolar de todos os estudantes do campo da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, bem como garantir a acessibilidade aos estudantes com deficiência, a fim de reduzir a evasão e o tempo de seus deslocamentos.

9.17 - Garantir e monitorar o Programa Nacional de Alimentação Escolar nas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, atendendo as peculiaridades da Educação de Jovens, Adultos e Idosos. (SÃO LUIS, 2015, p. 71)

9.24 - Implementar uma política de acompanhamento pedagógico que assegure aos estudantes da Educação de Jovens, Adultos e Idosos progredirem nas suas aprendizagens, aumentando a possibilidade de sucesso escolar e reduzindo os níveis de evasão.

9.25 - Implementar o Sistema de Avaliação Institucional e de Aprendizagem da Rede Pública Municipal de Ensino no âmbito da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, aperfeiçoando os mecanismos para o acompanhamento pedagógico dos estudantes, visando torná-lo um instrumento efetivo de planejamento, intervenção, acompanhamento e gestão da política educacional da Semed. (SÃO LUIS, 2015, p. 72)

Os dispositivos legais, as políticas e os programas voltados para a EJA no Maranhão, dando notoriedade a cidade de São Luís, tendem, como em todo o cenário educacional brasileiro no que se refere a essa modalidade de ensino, possibilitar para si avanços significativos, na garantia da oferta, na permanência do aluno, na qualificação dos professores, e principalmente na qualidade da educação ofertada. Ainda é necessária grande atenção para as problemáticas existentes no contexto educacional da EJA no Maranhão. Esta pesquisa reflete a possibilidade de compreender como a formação continuada em EJA é importante para as práticas docentes em sala de aula, ressaltando que segue referenciais teóricos e práticos para que o ensino ofertado na EJA, na rede municipal de ensino de São Luís, obtenha resultados satisfatórios quanto ao desenvolvimento de atividades voltadas para a formação dos professores que contribuirão na formação educacional dos alunos da EJA no Maranhão.

### **3 FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EJA**

As concepções sobre educação estão diretamente ligadas ao conjunto de princípios e práticas que se desenvolvem no ambiente educacional, possibilitando assim as ações pedagógicas e os resultados da mesma no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. O processo de formação de professores tanto inicial como continuada é significativamente importante para que eles desenvolvam sua atuação na educação básica de forma qualificada, contribuindo, dessa forma, no processo de aprendizagem escolar de maneira significativa ao alunado.

Historicamente, a formação de professores é pautada por grande preocupação, o que torna complexa a discussão sobre a temática, visto que a formação de professores no Brasil é marcada assim em todo o processo educacional por grande instabilidade para firmar-se como ponto inicial do desenvolvimento da qualidade do ensino ofertado nas escolas da rede pública.

Por essa vertente, as propostas sobre a necessidade de discussões sobre a temática contribuem significativamente para reflexões acerca da perspectiva de identificar o perfil do professor que se pretende ter em salas de aula da educação básica, e, por conseguinte, em salas de aula da educação de jovens e adultos, pois o seu trabalho docente influencia diretamente na formação educacional dos alunos.

De acordo com essas percepções, nesse capítulo, apresentaremos a formação dos professores atuantes na EJA, com foco nas políticas de formação docente, para que se possa melhor compreender, a partir do processo histórico, a criação de programas e políticas que desenvolvem ações direcionadas para a formação de professores, possibilitando compreender o processo de formação inicial e continuada dos mesmos no Brasil, o que torna possível analisar as propostas e inovações que norteiam os percursos formativos dos professores e identificar suas contribuições nas práticas docentes no processo formativo dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, pois desenvolve-se nestes as perspectivas de autonomia com a responsabilidade de transformação de suas realidades a partir dos processos educativos. Isso traz a importância do processo formativo dos professores da EJA na qualidade da prática docente em sala de aula, possibilitando desenvolver, no contexto educacional da EJA, metodologias e propostas pedagógicas que atendam as especificidades dessa modalidade de ensino.

### **3.1 Os dispositivos legais e as políticas de formação docente**

Embora as estruturas curriculares dos cursos formativos tenham sofrido mudanças de outras legislações, mudanças essas que podem ser ainda pautadas como ativas nas práticas docentes, foi a partir da LDBEN/96 que os cursos de formação de professores começam a sofrer modificações plausíveis. A formação inicial e continuada de professores se torna algo de extrema importância para a educação nacional, visto que engloba o processo de aprendizagem da população brasileira e a torna fonte de experiência para o desenvolvimento da cidadania e democracia.

O Estado brasileiro busca desde a Constituição Federal de 1988 a priorização aos direitos dos cidadãos, incluído a educação como um dos direitos constitucionais de maior relevância para a população brasileira, juntamente com a promulgação da LDB de 1996. Ambas demonstram também a preocupação do Estado brasileiro com a formação dos professores, que atendam às necessidades educacionais do país e busquem a melhoria do sistema educacional. Em 2009, no Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Decreto N° 6.755, de 29 de janeiro de 2009, institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da

Educação Básica, que disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada.

Decretando assim em seu Art. 1º:

Fica instituída a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica. (BRASIL, 2009, p. 1).

A criação de uma política nacional de formação de professores traz para o país novas recomendações e diretrizes que abranjam e adequem a qualificação do trabalho docente diante das diferentes modalidades de ensino das quais os professores da educação básica estejam atuantes. Diante da necessidade de um trabalho docente de qualidade para o desenvolvimento das atividades propostas em sala de aula, a LDBEN/96 traz, como uma das principais mudanças para o contexto educacional, seu art. 62 que passa a vigorar com as seguintes alterações a partir da lei nº13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Em seu Art. 7º diz:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 2017, p. 6).

Para atender as necessidades educacionais do sistema educacional brasileiro, a LDBEN/96 tem tratado em seu Título V sobre os Profissionais da Educação a partir da Lei nº 12.796 de 2013, em seu Parágrafo Único:

Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput no local de trabalho ou em instituição de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (BRASIL, 2013).

Além dessas alterações, que tem como exigência primordial para o exercício do trabalho docente a formação inicial, há também a preocupação com a formação continuada, ficando assim definida, a qualificação dos Profissionais da Educação para a melhoria do sistema educacional brasileiro e o direito à educação de qualidade para a população nacional. Em 2014, com a aprovação do atual Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Nº13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência de 10 anos a partir da publicação da mesma, tem dentre suas diretrizes a valorização do trabalho docente e a melhoria da qualidade da educação. Visando assim estabelecer metas que desenhem um quadro de profissionais que estejam qualificados para o trabalho docente e melhoria do sistema educacional. Dentre essas metas, podemos citar a meta

7 que traz a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem; e a meta 15 que diz:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (BRASIL, 2014, p. 35).

Seguindo a mesma vertente do PNE para o alcance dos objetivos estabelecidos a partir de metas, temos o atual Plano Municipal de Educação de São Luís - 2015/2024, que traz, como apresentação, um planejamento de longo prazo que visa abranger o financiamento da educação, atualização do currículo, a valorização dos profissionais, a Gestão democrática, entre outras coisas, contendo metas e estratégias que estão voltadas para a universalização e democratização de educação integral e qualidade social. Por essa vertente, o PME define que a formação continuada do profissional da educação abrange oportunidades de aprendizagem diversas, sejam elas naturais e evolutivas, esporádicas, ou resultantes de um planejamento com objetivos claros em termos de metas a serem alcançadas e fundamentadas numa concepção política pedagógica ampla, que assegure a articulação teoria e prática, e a pesquisa e extensão.

Na apresentação das Diretrizes e princípios do processo formativo do Programa Brasil Alfabetizado - PBA de abril de 2011, que traz como título: “Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores”, nota-se a seguinte afirmativa:

A construção deste documento de referência para a formação, permeada naturalmente por consensos e diferentes pontos de vista, mostrou-se muito positiva na medida em que orienta sobre princípios, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento dos processos de formação dos coordenadores de turmas e dos alfabetizadores, sem, contudo, apresentar limitações às concepções e às metodologias que serão desenvolvidas pelas diferentes instituições formadoras e pelos gestores do PBA, aspecto descrito entre as diretrizes construídas coletivamente, que garante o atendimento das diferentes propostas elaboradas pelas instituições formadoras e pelos gestores do programa. (BRASIL, 2011, p. 3).

Diante dessa perspectiva, percebe-se que o PBA visa a construção participativa de princípios de inclusão e garantia de acesso de jovens, adultos e idosos a uma educação de qualidade, visto que existe a preocupação quanto a formação inicial e continuada do profissional da educação que estará presente em sala de aula. Em 2015, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) a Resolução nº2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação

Básica, e, em 2016, é regulamentado pelo Ministério da Educação (MEC) o Decreto nº8.752, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a nova Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

Esses dispositivos legais reforçam a importância da formação dos professores para atuação nas redes públicas de ensino na educação básica, o que visa refletir de forma positiva na qualidade ensino ofertado nas escolas públicas do sistema educacional brasileiro. No que se refere a EJA, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos define a organização de cursos de formação inicial e continuada a professores atuantes na referida modalidade de ensino. O processo de formação deverá acontecer em ambientes institucionais adequados, sendo pautados nos processos investigativos das problemáticas existentes no campo educacional da EJA, traçando, assim, práticas educativas que viabilizem a articulação entre teoria e prática, além da utilização de metodologias que contemplem as necessidades das situações da aprendizagem (BRASIL, 2000).

Atualmente são diversos os programas existentes para a formação inicial e continuada de professores sobre a responsabilidade do MEC, possibilitando a oferta de qualificação profissional aos professores atuantes nas redes de ensino, como também incentivando e qualificando os alunos em seu processo de formação para atuação docente. Dentre os programas de formação inicial pode-se citar: Programa de Formação Inicial e Continuada, Presencial e à Distância, de Professores para a Educação Básica (PARFOR), que tem como objetivo oferecer cursos de formação inicial emergencial, na modalidade presencial, aos professores das redes públicas de educação básica viabilizando a qualificação da educação ofertada nas redes de ensino. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que tem como objetivo valorizar o magistério e apoiar estudantes de licenciatura plena, das instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e comunitárias, sem fins econômicos, de educação superior. O MEC também desenvolve programas que assegura o direito aos cursos de formação continuada aos professores da educação básica como:

Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que está voltado a ações metodológicas que propõem estudos e atividades práticas que possibilitem aos professores alfabetizadores desenvolvam ações que contribuem para o debate acerca dos direitos de aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização. Pró-letramento que é realizado a partir de ações entre universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e a adesão dos estados e municípios. É voltado para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos iniciais do ensino fundamental. Rede Nacional de Formação Continuada de Professores que, criada em 2004, tem como objetivo contribuir para

a melhoria da formação de professores e alunos. Tem como público alvo, de forma prioritária, os professores de educação básica dos sistemas públicos de educação, e suas áreas de formação são: alfabetização e linguagem, educação matemática e científica, ensino de ciências humanas e sociais, artes e educação física.

E dentro dos eixos que atendam a alfabetização e educação de jovens e adultos, o MEC desenvolve a Política de Formação em Educação de Jovens e Adultos, que, segundo o mesmo, aprova iniciativas que possibilitem o atendimento educacional de qualidade e aproveitamento aos professores e educadores que trabalhem diretamente com jovens e adultos que estejam em processo de alfabetização e/ou retorno às atividades dentro do contexto escolar, tendo como objetivo apoiar iniciativas que viabilizem a ampliação e a oferta de cursos de formação continuada para professores da EJA das redes de ensino público. O programa tem início em 2007 e conta com o apoio, para avaliação das ações das políticas públicas que atendam a EJA, de órgãos como a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), os Fóruns Estaduais da EJA e os coordenadores da modalidade de ensino, possibilitando assim desenvolver ações que atendam diretamente as problemáticas e falhas nas ações das políticas públicas encontradas por esses órgãos colegiados. A Política de Formação em Educação de Jovens e Adultos é parte integrante da Política de Formação de Professores da Educação Básica, visto que até 2008 a formação continuada de profissionais atuantes na EJA não existia, o que possibilitou a partir de então a publicação de resoluções, que tornam projetos para a formação dos professores da EJA, contemplados para que sejam aprovados.

### **3.2 A importância da formação inicial e continuada na prática do professor da EJA**

A formação de professores é um tema de muita relevância e de grandes discussões no cenário educacional brasileiro, incluindo-se também a preocupação no que se refere à formação dos professores atuantes na Educação de Jovens e Adultos, pois é necessário compreender que o trabalho docente com alunos da EJA necessita estar pautado nas especificidades da mesma, o que traz uma série de questões desafiadoras aos trabalhos a serem desenvolvidos nas salas de aula das escolas que atendem a essa modalidade de ensino.

Existem distintos desafios encontrados pelos docentes em sala de aula, um desses consiste na compreensão das diversas identidades dos seus alunos e suas diversas percepções e conhecimentos diante dos conteúdos abordados em sala de aula, mas esse quadro de diversidade não se resume apenas a nomes, raça, cultura ou gênero. O contexto da sala de aula da EJA é abrangente em diversidade de pensamentos e de percepções de mundo, já que todos ali

presentes possuem uma bagagem de conhecimento que vai além das paredes que englobam a sala de aula. As identidades dos alunos e professores tornam-se aspectos de definição e base para a construção de dispositivos legais que atendam às necessidades de ambos no contexto educacional da EJA.

Pautada no legado de Paulo Freire e dos movimentos populares, a luta por uma EJA de qualidade e contínua possibilita que se trace, a partir da formação docente, os caminhos a serem percorridos nas salas de aula que atendam a essa modalidade de ensino, refletindo em trocas de conhecimento entre educadores e educandos. A formação inicial do professor para atender as especificidades da EJA é ponto principal para que o mesmo possa desenvolver seu trabalho docente em sala de aula, mas nessa modalidade de ensino ainda é possível observar a escassez de iniciativas que abranjam conteúdos teóricos relacionados a EJA nos cursos de licenciatura. Para suprir tais questões, a formação continuada, ao longo da carreira profissional, torna-se necessária, visto que assim o profissional da educação estará apto e qualificado para sua prática docente em sala de aula.

Ao que se refere à modalidade de ensino EJA, o professor, a partir da formação continuada, poderá contribuir na formação educacional de seus alunos a partir dos conhecimentos compreendidos na mesma, desenvolvendo trocas de conhecimento de acordo com as especificidades individuais dos alunos e tornando suas ações metodológicas mais eficientes. Cabe ao professor compreender e respeitar as individualidades que compõem o campo da sala de aula, valorizando os conhecimentos prévios e experiências de vida ali presentes. Arbache (2001, p. 22) diz que “visualizar a educação de jovens e adultos levando em conta a especificidade e a diversidade cultural dos sujeitos que a elas recorrem torna-se, pois, um caminho renovado e transformador nessa área educacional”.

Por essa vertente, para que o professor da EJA contribua no processo de ensino-aprendizagem dos educandos, faz-se necessário que ele identifique as especificidades dos alunos, reconheça as dificuldades encontradas por parte dos alunos em relação aos conteúdos abordados e que desenvolva sua prática docente de acordo com as necessidades da turma, para que o processo de aprendizagem se torne significativo, ocasionando a compreensão dos alunos e desenvolvimento educacional destes. Para tanto, fica claro que o mesmo deve passar por uma formação continuada.

Vale ressaltar que muitos alunos da EJA já dominam algum conteúdo, mesmo que compreendidos de maneira informal, já que nunca fizeram parte do sistema educacional e/ou frequentado a escola. O professor deve, portanto, planejar o desenvolvimento das suas aulas tendo como ponto de partida os conhecimentos prévios dos alunos, além de levar em conta a

realidade vivenciada pelos mesmos fora da sala de aula. Assim, torna-se possível interligar os conteúdos escolares com a realidade e o conhecimento prévio dos educandos, o que possibilita maior compreensão por parte dos discentes, pois a prática docente faz toda diferença no desenvolvimento educacional do alunado. O processo de ensino-aprendizagem torna-se significativo diante das ações pedagógicas do professor, onde a metodologia utilizada, os recursos didáticos as problemáticas discutidas são fatores importantíssimos para que o ambiente escolar se torne mais atrativo e significativo aos alunos da EJA.

O trabalho docente deve estar pautado na busca de conhecimento, no incentivo à pesquisa, no desenvolvimento crítico dos conteúdos abordados, na abertura de momentos de discussões e diálogos sobre problemáticas existentes dentro dos conteúdos abordados pelo professor ou por questionamentos levantados pelos próprios alunos. A prática docente tende a está ligada ao processo de mudanças significativas das percepções de conhecimento por parte dos alunos que vão além das paredes da sala de aula, fazendo com que estes se identifiquem como sujeitos atuantes dentro da sociedade, detentores de direitos e deveres como cidadãos, transformadores de seus próprios pensamentos, referenciados pelo direito à educação de qualidade.

A formação do professor interfere diretamente na formação educacional dos educandos, visto que é a partir do docente que os alunos terão acesso aos conteúdos abordados em sala de aula, o que implica dizer que, sem qualificação para atender as especificidades dos alunos e metodologias de ensino inadequadas, o professor tende a transformar o ambiente da sala de aula em campo de dúvidas e questionamentos que não recebem esclarecimentos por parte desse educador, e isso pode por acabar defasando a perspectiva de entendimento por parte dos alunos, que acabam silenciando suas dúvidas por medo de represálias do professor.

É essencial, por parte do professor da EJA, que haja criticidade no desenvolvimento dos conteúdos abordados nas aulas, pois é a parti desse processo que o pensamento crítico do aluno se desenvolve, o que interfere diretamente nas transformações educacionais do mesmo.

O professor que se propõem em atuar na EJA necessita está disposto a utilizar de todo seu conhecimento e de toda sua experiência como docente, na busca de oferecer educação de qualidade para aqueles que já passaram por diversas situações de exclusão, principalmente por terem, algum momento da vida, se afastado ou até mesmo nunca terem frequentado a escola. O Parecer (CNE/CEB 11/2000, p. 56) reafirma essa perspectiva quando diz:

Com maior razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer.

Entende-se que o professor, de forma geral, esteja apto a desenvolver aulas com o uso de metodologias que possibilitem, da melhor forma possível, a compreensão por parte dos alunos. Para isso é desenvolver atividades que trabalhem iniciativas voltadas às questões vivenciadas pelos discentes, possibilitando maior compreensão dos conteúdos abordados, além de trazer para o ambiente escolar atividades voltadas para a compreensão de mundo por parte dos alunos, tornando a escola ambiente de desenvolvimento tanto educacional quanto social, e possibilitando que a sala de aula se torne mais atrativa. Isso pode desenvolver no alunado maior participação nas atividades propostas pelo professor, além de promover o sentido de permanência do aluno na escola, pautando-se principalmente na prática docente utilizada pelo professor em suas aulas. O Parecer CNE/CP 0009/2001 reforça essa perspectiva quando diz que o professor deve estar disposto a:

Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos;  
 Comprometer-se com o sucesso da aprendizagem do aluno;  
 Incentivar atividades de enriquecimento cultural;  
 Desenvolver práticas investigativas;  
 Elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares;  
 Utilizar metodologias, estratégias e matérias de apoio;  
 Desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe.  
 (BRASIL/CNE,2001, p.4)

Vale ressaltar, ainda, a importância da formação continuada para a atuação do professor na EJA, visto que, com um quantitativo elevado de professores qualificados e com práticas docentes que viabilizam as especificidades dessa modalidade de ensino em sala de aulas, as possibilidades de mudanças na qualidade de ensino se tornam cada vez mais abrangentes. Porém, ainda é notória a falta de preparo de alguns educadores atuantes na EJA, pois a historicidade da EJA tem fortes ligações com o educador Paulo Freire, tendo em vista que as propostas metodológicas docentes possuem dois eixos: um antes de Freire, que consistia em uma educação bancária, onde se anulava a criatividade e estimulava a falta de criticidade, e outra que consiste em uma educação humanizada, que tem ponto de partida na centralidade do sujeito levando em conta a sua experiência e trajetória de vida, como já visto anteriormente.

Mas atualmente ainda é possível identificar práticas docentes na EJA que são pautadas nos princípios da educação bancária, visto que ainda é notório que alguns professores

utilizam as mesmas metodologias utilizadas na alfabetização de crianças em sua prática docente na EJA. Paula e Oliveira (*apud* BRANCO, 2007, p. 166-167) apontam o despreparo de alguns profissionais atuantes na EJA com a seguinte constatação:

Alfabetizar nesse início de século XXI ainda é uma tarefa que acontece ao acaso, ou, como diria Piaget (1977, p.9-11), graças à ação inteligente do ser humano que é capaz de extrair significados de suas vivências, qualquer que seja ela e independente da qualidade da medição do outro, o mesmo é capaz de reconstruir para si o conhecimento disponível no seu entorno, porque os professores desconhecem as características básicas do objeto com o qual trabalham – a linguagem. Portanto, os que aprendem, aprendem apesar do professor.

Para superar tais questões, entende-se a importância dos dispositivos legais e a criação de políticas de formação docente que atendam de fato as necessidades dos profissionais atuantes na EJA, o que implica dizer que possibilitaria melhor desenvolvimento educacional e crescimento da EJA como modalidade de ensino, que de fato conseguiria alcançar maiores progressos quanto à escolarização e alfabetização de jovens, adultos e idosos no Brasil, porém, sabe-se que não basta apenas qualificar profissionais da educação para atuarem na EJA, é necessário também a criação de políticas educacionais que concretizem veridicamente as já existentes para promover a importância de políticas públicas que desenvolvam melhores estruturas físicas, materiais didáticos específicos, projetos educacionais que atendam significativamente os alunos da EJA, pois isso concretizaria um conjunto de metas e ações que trariam, ao campo da EJA, além de educação de qualidade, resultados positivos em relação aos índices de escolarização dos alunos dessa modalidade de ensino.

Vale ressaltar que as políticas voltadas para a formação de professores da EJA devem apontar para ações educativas nos cursos de formação, que reafirmem as lutas traçadas pela EJA, baseadas nos movimentos de educação popular que reafirmavam os direitos do educando não apenas à educação, como também estabelecia a busca pelos mesmos em prol dos seus direitos definidos por leis. Os currículos dos cursos voltados à formação dos professores atuantes na EJA necessitam estar pautados em sua historicidade para que o professor possa compreender o significado do trabalho docente na educação de jovens e adultos. Olhando por essa vertente, compreende-se que o resgate das bases da educação popular, na prática docente, torna-se necessário, visto que a EJA vem perdendo a essência na qual se desenvolveu, que se concretizava na luta contínua pelo reconhecimento, não apenas educacional, mas também social, possibilitando transformações de questões de exclusão e desigualdade, pois ainda há muito disso no contexto da sociedade brasileira. O professor conhecedor da história do campo

educacional, em que exerce seu trabalho docente, conseqüentemente estariam em melhores condições para desenvolverem suas práticas docentes pautadas na aprendizagem do alunado.

#### **4 A EJA NA ESCOLA UEB ROSENO DE JESUS MENDES**

Neste capítulo, serão registrados os resultados da pesquisa; de início, faz-se uma breve descrição da historicidade e do contexto escolar da UEB Roseno de Jesus Mendes. A realização desta pesquisa só foi possível mediante a autorização gerenciada pela Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Luís - SEMED, e, após a solicitação formal junto ao setor responsável, conseguiu-se a autorização da equipe gestora da escola campo de pesquisa a partir da autorização mediada pela SEMED. Após as informações de apresentação da escola, é descrita a metodologia adotada para a coleta de dados, traçando-se, em seguida, um relato de acordo com os dados obtidos a partir da realização das entrevistas.

Interpreta-se resultados qualitativos pela riqueza de experiências descritas pelos professores entrevistados, assim como as expressões por parte da equipe gestora da escola. Leia-se resultados quantitativos quanto aos dados levantados na SEMED a partir de entrevista realizada com o técnico responsável pelo setor da EJA na referida Secretaria. No curso das exposições dos dados obtidos, algumas referências teóricas são retomadas, como garantia de confirmação de fundamentos, que, por fim, levantam a reflexão do estudo aqui apresentado ao Curso de Pedagogia e aos leitores de forma geral que venham despertar interesse por este trabalho.

##### **4.1 Sobre a escola lócus da pesquisa**

A UEB Roseno de Jesus Mendes está localizada na Av. José Ribamar de Oliveira, Nº 130 - Vila Janaína, São Luís - MA, 65058-130, sendo de responsabilidade da Prefeitura de São Luís, atende a educação básica nos níveis de ensino fundamental anos iniciais no turno matutino, ensino fundamental anos finais no turno vespertino e a EJA no turno noturno. A escola foi fundada em 21 de fevereiro de 2006 e está registrada pelo MEC e pelo INEP com o código: 21269076. A EJA conta com 3 salas de aula, a primeira sala é a sala do primeiro seguimento que atende alunos do 1º ao 4º ano, a segunda sala atende alunos do 5º e 6º ano e a terceira sala atende alunos do 7º e 8º ano, ambas do segundo seguimento. Na primeira sala, as aulas são direcionadas por apenas 1 professora que trabalha todas as disciplinas, já nas outras,

as atividades docentes dividem-se entre 5 professores que trabalham as seguintes disciplinas: Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Filosofia, Artes, Ensino Religioso e Inglês. Durante o período de observação da escola foi conhecido a rotina escolar, além do conhecimento sobre os relatos dos professores e funcionários sobre a situação em que a EJA se encontrava.

Os principais relatos estão ligados à indisciplina dos alunos em sala de aula, assim como fora dela, e também a falta de segurança no local, o que dificulta, segundo os relatos, algumas atitudes voltadas ao controle de determinadas situações no ambiente escolar, visto que os mesmos se sentem receosos a algum tipo de represália por parte de alguns alunos, pois a escola está localizada na periferia de São Luís, em um bairro conhecido por atos violentos e por alguns alunos já terem histórico de violência em outras escolas. A Ronda Escolar, que é o apoio da polícia militar nas escolas, se faz presente diariamente dessa instituição para verificar como está a situação tanto na parte interna, quanto na parte externa da escola, pois os números de assaltos na porta dessa escola são frequentes, porém a viatura não passa muito tempo no local.

Durante as observações das regências, os relatos citados acima se confirmam, pois, em alguns casos, a indisciplina é nitidamente vista e ouvida, principalmente na sala que atende ao 7º e 8º ano, o que pode ser explicado pela lotação que conta com aproximadamente 44 alunos, que em sua maioria possui entre 14 e 16 anos – outra problemática persistente na EJA atualmente, que é a presença cada vez maior de adolescentes estudando nessa modalidade de ensino e em turno noturno. Os relatos dos professores afirmam a desistência de muitos alunos por conta da bagunça excessiva, do barulho, dos palavrões e principalmente do desinteresse de grande parte da turma diante dos conteúdos abordados. Na outra turma do segundo seguimento que atende o 5º e 6º ano, a faixa etária dos alunos é praticamente a mesma, varia de 15 a 20 anos e o trabalho docente é menos afetado com as problemáticas citadas acima.

A sala que atende o primeiro seguimento, do 1º ao 4º ano, é uma turma mista que participa efetivamente das atividades em sala de aula, apresentando ótimo comportamento, e conta com a presença de apenas 1 adolescente, pois os alunos variam entre 20 a 50 anos. No turno noturno, a escola conta com a presença de 1 Gestora Adjunta, 1 Supervisora e 1 Secretária, que ficam à disposição na sala da secretária. Possui 1 segurança e 3 porteiros, além de 2 merendeiras que ficam responsáveis pela alimentação dos alunos, servida antes do início das aulas. As aulas na escola se iniciam às 19h e encerram às 21h. Além disso, a escola conta com computador e impressora que ficam à disposição dos professores para a produção de material a ser utilizado nas aulas. Porém a mesma não conta com laboratórios e biblioteca que possibilitem

o maior desenvolvimento de atividades, que poderiam contribuir de forma significativa no processo de ensino-aprendizagem dos alunos da EJA.

#### **4.2 As contribuições do professor para emancipação dos alunos da EJA**

A presente pesquisa foi realizada nas salas de aula do 1º e 2º seguimentos da EJA da escola campo de pesquisa. Para que a pesquisa fosse realizada, fez-se necessário a autorização por parte da SEMED/SAE, bem como da gestão da escola e da disponibilidade dos professores para o processo de observação das aulas e a aplicação da entrevista. Após as devidas autorizações, do quadro de 6 professores atuantes na modalidade, apenas 4 aceitaram participar da pesquisa. Sendo assim, os professores participantes serão denominados como P1, P2, P3 e P4 com fins de preservação das suas identidades, os mesmos disponibilizaram-se a contribuir voluntariamente com a pesquisa, participando da entrevista e respondendo a todos os questionamentos levantados de forma clara e entusiasmada, além de permitirem a observação das suas práticas docentes em sala de aula.

Foram feitos os mesmos questionamentos aos professores, o que possibilitara identificar como a prática docente dos mesmos é baseada na formação continuada, além de identificar quais as dificuldades encontradas pelos mesmos para a realização do trabalho como docente nas salas de aula da EJA. A seguir, traça-se um quadro com as respostas dos professores e, posteriormente, a análise dos processos de observações nas salas de aula.

**Quadro 3 – Nome e Formação inicial**

Professor	Dados da entrevista
	Resposta dos professores
P1	“Sou P1, sou formada em Pedagogia. ”
P2	“Sou P2, sou formado em Biologia. ”
P3	“Sou P3, sou formada em Geografia Licenciatura. ”
P4	“Sou P4, sou formada em Letras.”

Fonte: Araujo (2019).

Diante das observações, os professores desenvolvem suas práticas docentes de acordo com sua formação inicial, além de trabalharem com outras disciplinas que diferem da mesma, alguns professores relatam que sentem algumas dificuldades quanto o desenvolvimento de atividades das áreas nas quais os mesmos não dominam os conteúdos, porém buscam desenvolver as aulas de acordo com os conteúdos abordados no livro didático.

**Quadro 4 – Formação Continuada na EJA**

Professor	Dados da entrevista
	Resposta dos professores
P1	“Sim”
P2	“Não”
P3	“Sim”
P4	“Sim, participei tanto de encontros promovidos, pela coordenação pedagógica da escola, quanto pela SEMED”.

Fonte: Araujo (2019).

Observa-se que não são todos os professores que participam de cursos de formação continuada em EJA, e os que possuem, em alguns casos, não participaram dos cursos de formação atualmente, o que os possibilitaria agregar, a sua formação docente, metodologias de

ensinos que atribuíssem práticas docentes que atendessem positivamente as especificidades dos alunos presentes nas salas de aula da EJA, assim como, possivelmente, solucionar algumas das problemáticas identificadas e citadas pelos professores durante esta pesquisa.

Visto que a metodologia adotada pela maior parte dos professores não se enquadra nas necessidades dos alunos, observada durante as observações, identificou-se a partir das observações das aulas, que os alunos não participam das aulas e demonstram total desinteresse nos conteúdos abordados, visto que os mesmos não permanecem em sala além de não desenvolverem as atividades propostas. Vale ressaltar que a prática docente dos professores está, em grande parte, pautada em leitura de textos dos livros didáticos e resolução de atividades dos mesmos. Nota-se que durante a exposição das aulas, a indisciplina de grande parte dos alunos das turmas do 2º seguimento, interfere diretamente na prática docente dos professores, pois durante as exposições orais dos professores os alunos apresentam comportamento extremamente barulhento, o que acaba tornando a fala dos professores inviável de ser ouvida, onde, conseqüentemente, as explicações sobre os conteúdos abordados na sala de aula tornam-se incompreensíveis.

Faz-se necessário a participação efetiva dos professores nos cursos de formação continuada em EJA, desenvolvidos pela SEMED/SAEJA, pois, segundo a Secretaria, os professores, em grande parte, não procuram os cursos de formação, o que impossibilita a participação dos mesmos, já que a oferta existe, porém ainda se configura com pouca procura. A Prefeitura de São Luís, em 2015, lançou um programa chamado Avança São Luís, que tem como objetivo, junto as propostas do PPA 2014-2017, assegurar a execução de projetos que assegurem de forma estratégica o desenvolvimento da cidade em diversas áreas dos serviços público, incluindo a educação e conseqüentemente a EJA. De acordo com a apresentação do RELATÓRIO DE GESTÃO – 2015 SEMED, o programa tem o intuito de:

Traduzir a dinâmica das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, e apresenta o seu desempenho nos aspectos administrativos, técnicos, financeiros, patrimoniais e pedagógicos, em consonância com o Plano Plurianual e o Planejamento Estratégico da Prefeitura Municipal de São Luís. Tem como principais objetivos subsidiar as reflexões da equipe gestora da Semed para uma avaliação adequada e reorganização pertinente das ações de planejamento como um todo, em conformidade com as diretrizes educacionais estabelecidas pelos governos federal, estadual e municipal.

Diante dessa perspectiva, fica claro que se torna necessária a abrangência das ações desenvolvidas pela SEMED no campo da EJA, possibilitando assim a reorganização de planejamentos e criação de estratégias pedagógicas que de fato atendam os objetivos das diretrizes curriculares voltadas para essa modalidade de ensino, possibilitando melhorias para

a educação ofertada na EJA, e possibilitando também o desenvolvimento de forma ampla dos cursos de formação continuada. De acordo com o relatório de 2015 essa oferta, configurou-se da seguinte forma:

Quadro 5

FORMAÇÕES REALIZADAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS						
PÚBLICO ALVO	TEMÁTICA	CARGA HORÁRIA	Nº DE PARTICIPANTES	RECURSOS		PARCEIROS
				FONTE	VALOR	
COORDENADOR ES PEDAGÓGICOS	- POLÍTICA DE FORMAÇÃO DA REDE - PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR CONSIDERANDO 1/3 DA CARGA HORÁRIA.	12 h	65			GRUPO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS. GRUPO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES, CENTRO DE FORMAÇÃO.
COORDENADOR ES PEDAGÓGICOS	- MAPEAMENTO DAS AÇÕES FORMATIVAS REALIZADAS PELAS COORDENADORAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS DA REDE; - AMPLIAÇÃO DO DOCUMENTO DE ORIENTAÇÕES GERAIS PARA AS ESCOLAS, FOCANDO O PROCESSO FORMATIVO NO ÂMBITO ESCOLAR.	12 h	54			GRUPO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS. GRUPO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES, CENTRO DE FORMAÇÃO.

Fonte: Relatório de Gestão- 2015 SEMED

Quadro 6

FORMAÇÕES REALIZADAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS						
PÚBLICO ALVO	TEMÁTICA	CARGA HORÁRIA	Nº DE PARTICIPANTES	RECURSOS		PARCEIROS
				FONTE	VALOR	
COORDENADOR ES PEDAGÓGICOS	- POLÍTICA DE FORMAÇÃO DA REDE - PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR CONSIDERANDO 1/3 DA CARGA HORÁRIA.	12 h	65			GRUPO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS. GRUPO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES, CENTRO DE FORMAÇÃO.
COORDENADOR ES PEDAGÓGICOS	- MAPEAMENTO DAS AÇÕES FORMATIVAS REALIZADAS PELAS COORDENADORAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS DA REDE; - AMPLIAÇÃO DO DOCUMENTO DE ORIENTAÇÕES GERAIS PARA AS ESCOLAS, FOCANDO O PROCESSO FORMATIVO NO ÂMBITO ESCOLAR.	12 h	54			GRUPO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS. GRUPO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES, CENTRO DE FORMAÇÃO.

Fonte: Relatório de Gestão- 2015 SEMED

Nota-se, a partir desses dados, que o número de professores, participantes dos cursos de formação, é significativo, principalmente os professores do 1º seguimento, pois trazendo esses dados para a realidade da escola lócus da pesquisa aqui apresentada, as técnicas adotadas durante as metodologias aplicadas pela professora do primeiro seguimento identificam-se com as temáticas utilizadas nas formações realizadas nesse período, visto que o quadro de professores é composto por professores que trabalham na modalidade de ensino a

mais de 10 anos, o que possibilitaria a participação dos mesmos nos cursos de formação, ocorridas no período citado nas figuras acima. Vale ressaltar ainda que nos dados do relatório identifica-se a ocorrência de oficinas voltadas aos alunos, o que possibilitaria, caso ocorresse atualmente na escola lócus da pesquisa, a participação efetiva dos alunos diante das propostas ofertadas nas oficinas, possibilitando solucionar as problemáticas ligadas ao rendimento escolar dos mesmos, como também diante da indisciplina, já que ambas são um dos principais fatores prejudiciais para o desenvolvimento das práticas docentes em sala de aula, segundo os professores.

#### Quadro 7 – Trabalhos desenvolvidos com base nos cursos de formação continuada

Professor	Dados da entrevista
	Resposta dos professores
P1	“Todas as atividades que eles aplicam nas formações utilizo em sala de aula.”
P2	“Projeto Político Pedagógico e Projetos motivacionais.”
P3	“Desenvolvimento da leitura e escrita, a parti do conteúdo contextualizado com a realidade de cada um, ligando com a cidade de São Luís, o Estado do Maranhão e o Brasil.”
P4	“Os trabalhos que a prática da docência exigem.”

Fonte: Araujo (2019).

As observações das práticas docentes em sala de aula, assim como o desenvolvimento das atividades voltadas aos alunos no contexto escolar, não correspondem diretamente com as respostas obtidas e demonstradas a cima, apenas a professor P1 desenvolve atividades que correspondem com suas respostas, pois os outros professores desenvolvem um trabalho docente em sala de aula diferente das respostas dadas durante a entrevista, visto que esta foi aplicada após as observações do trabalho docente dos mesmos. Vale ressaltar, também, que durante o período de observação, os professores demonstraram que chegavam em sala de aula sem nem um tipo de planejamento para trabalhar os conteúdos que seriam abordados, o que acabava tornando as aulas improdutivas, sem a participação dos alunos e com a indisciplina dos mesmos, visto que os alunos trocavam ofensas durante todo o tempo de aula, as conversas

entre os mesmos acabavam que impossibilitando em muitos momentos as fala dos professores, os alunos das turmas do segundo segmento eram os mais indisciplinados.

Ao serem solicitadas as atividades que ficaram a serem feitas na semana anterior os alunos não haviam produzido o material solicitado, como trabalhos que envolviam pesquisas, resoluções de folhas de cálculos ou leituras e desenvolvimento de atividades presentes no livro didático. Diante dessas problemáticas, os professores das turmas do segundo segmento, não retornavam esses conteúdos e avançavam os conteúdos, visto que segundo os mesmos a falta de comprometimento dos alunos com o desenvolvimento das atividades propostas, eram contínuas e atrapalhavam o desenvolvimento dos conteúdos definidos a parti do calendário escolar.

#### Quadro 8 - As contribuições das práticas docentes

Professor	Dados da entrevista	
		Resposta dos professores
P1		“Algumas sim, outras não, pois trabalho com uma turma mista então, o que é ministrado nas formações se der para adequar utilizo, caso não, uso atividades propostas na internet, uso o método tradicional por cada aluno ter sua forma individual de aprender. ”
P2		“Sim minha pratica docente indica que a complexidade da sala de aula exige que as exposições e práticas sejam atrativos aos alunos, de forma que possam associar sua aprendizagem ao seu cotidiano e a sua vida. ”
P3		“Sim, assim como falei anteriormente, minha pratica docente e pautada em fazer a ligação dos conteúdos com a realidade dos alunos. ”
P4		“Sim, observa-se por meio do desenvolvimento nas habilidades de leitura, escrita, postura na maneira de se expressar oralmente, como também seu crescimento na formação da cidadania. ”

Fonte: Araujo (2019).

As respostas dos professores novamente se tornam diferentes quanto as suas práticas docentes em sala de aula; novamente apenas as observações feitas na sala do primeiro seguimento, que atende de 1º ao 4ºano com a professora P1, configuram a realidade das resposta da professora com as práticas docentes da mesma, a turma é composta por alunos de 20 a 50 anos e conta com a presença de apenas um adolescente, esses alunos participam efetivamente

de todas as atividades propostas, e P1 desenvolve atividades que possibilitam a interligação dos conhecimentos dos envolvidos de acordo com as experiências e sugestões destes durante a exposição dos conteúdos.

Em relação aos outros professores atuantes nas salas do segundo seguimento, observou-se que os mesmos não demonstram preocupação quanto a utilização de métodos que aproximem os conteúdos da realidade dos alunos, visto que todas as atividades durante o período de observação baseavam apenas em leitura de textos feitas pelos professores, que poderiam possibilitar a participação dos alunos através de rodas de leitura por exemplo, ou leituras feitas em grupos e posteriormente debates acerca da temática presentes nessas leituras. O que acaba por comprometer os processos reflexivos e críticos dos alunos diante dos conteúdos abordados.

Os alunos, em grande parte, aproveitam o horário de aula apenas para conversas paralelas e brincadeiras na sala que atende o 7º e 8º ano do segundo seguimento, a indisciplina se torna o maior fator sobre a dificuldade de aprendizagem dos alunos, como também do trabalho docente, pois sempre que questionados sobre os conteúdos, as respostas são desconexas e sempre levadas na brincadeira, o que conseqüentemente termina em muitas risadas e barulho durante as aulas. Fator esse que pode ser explicado pela grande quantidade de adolescentes matriculados na EJA, visto que na turma citada o número de alunos é de 44 tendo 40 deles entre 15 e 16 anos, além disso, esses alunos são migrantes da própria escola por terem um histórico de reprovações excessivas, indisciplina e até violência, fazendo-os serem transferidos dos turnos matutino ou vespertino para o turno noturno, ou seja, para a modalidade de ensino EJA.

Em relação a turma do 5º e 6º anos, que é composta por jovens e adultos entre 18 a 30 anos, a prática pedagógica se configura da mesma maneira, visto que são os mesmos professores que trabalham com as duas salas de segundo seguimento. As aulas não são dinamizadas, pois os professores utilizam apenas textos que são lidos na sala de aula, feitas na maioria das vezes pelos próprios professores, e em seguida é solicitado que aos alunos que respondam os conteúdos de acordo com as leituras dos textos, o que não possibilita a discussão dos conteúdos com os alunos, transmitindo-se assim os princípios da educação bancária tão questionada e criticada por Paulo Freire. Além disso, seria necessário que a educação ofertada na EJA, a partir das práticas docentes, estivesse pautada nas três funções da EJA: reparadora, equalizadora e qualificadora, que segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos afirmam que:

a função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade [...] A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais, a reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação [...] A EJA busca formar e incentivar o leitor de livros e das múltiplas linguagens visuais juntamente com as dimensões do trabalho e da cidadania. Ora, isto requer algo mais desta modalidade que tem diante de si pessoas maduras e talhadas por experiências mais longas de vida e de trabalho. Pode-se dizer que estamos diante da função equalizadora da EJA. (BRASIL, 2000, p. 7-9).

O desenvolvimento educacional dos alunos, a partir de práticas docentes que abrangem a realidade dos mesmos, levando em conta os conhecimentos prévios, possibilitaria maior compreensão dos conteúdos abordados durante as aulas, visto que a interligação entre ambos torna o processo de ensino-aprendizagem significativo ao aluno, possibilitando também a participação dos mesmos de forma mais efetiva durante as atividades propostas pelo professor.

#### Quadro 9 – Metodologias e matérias didáticos utilizados na EJA

Professor	Dados da entrevista
	Resposta dos professores
P1	“A metodologia usada é a que permita que meu aluno aprenda: jogos, a tradicional cartilha abominada por todos, ditados de imagens, tampinhas para efetuarem as 4 operações, ficha de leitura.”
P2	“Quadro branco, pincel, eventualmente o Datashow. O método, bom, envolve técnicas para dinamiza a aula, colocando os alunos ao centro da exposição, induzindo-os a compartilhar suas experiências.”
P3	“ Utilizo Datashow, o livro didático e textos complementares. Incentivando a leitura e interpretação da mesma, assim como a contextualização dos conteúdos com a realidade dos alunos. ”
P4	“Utilizo, abordagem didática, abordagem, dialogada, leitura, interpretação e produção de textos, atividades individuais e em grupos, apresentações de trabalho orais e escritos, utilizo como recurso, o livro didático e textos diversos. ”

Fonte: Araujo (2019).

Novamente as respostas não estão de acordo com as práticas docentes da maior parte dos professores, pois o que foi observado é que apenas nas aulas da turma do primeiro seguimento, com a regência da professora P1, é que as aulas acontecem de acordo com as respostas obtidas durante a entrevista, tendo em vista que as aulas são bem dinamizadas, pois a professora utiliza recursos didáticos confeccionados por ela mesma, para auxiliar durante as atividades, como por exemplo, fichas que são coladas nos cadernos como referência de soluções de problemas, ou as fichas de palavras que auxiliam no processo de alfabetização, além de trabalhar diariamente e individualmente, de carteira em carteira, a prática da leitura e alfabetização, como demonstram os registros fotográficos a seguir.

**Imagem 1: Alfabetização por meio de fichas**



Fonte: Araujo (2019)

**Imagem 2: Intervenção individual**



Fonte: Araujo (2019)

A metodologia utilizada pela professora P1 possibilita a participação efetiva dos alunos durante as aulas, visto que a mesma intensifica a necessidade de dinamizar as aulas e utiliza materiais que possibilitem a compreensão da melhor forma possível dos conteúdos por parte dos alunos. Nas observações feitas nas turmas do segundo seguimento os registros fotográficos não foram autorizados pelos professores, porém durante as observações, foi identificado aulas baseadas apenas em leituras de textos, explicações utilizando o quadro branco e resolução de atividades por parte dos alunos, diante dos conteúdos abordados.

Diante das observações, a professora P3 afirma que o horário na EJA é apenas para “cumprir seu horário” como professora, e conseqüentemente receber seu salário ao final do mês, a mesma afirma já ter desistido de tentar trabalhar com as turmas de segundo seguimento

por causa da falta de interesse dos alunos, da indisciplina excessiva, além de sentir-se ameaçada pelas atitudes de alguns alunos com comportamentos agressivos. P3 ainda afirma que não possui apoio por parte da gestão da escola para desenvolver atividades que possibilitem maior participação dos alunos, além disso, durante as suas aulas, ela pede que os alunos respondam as atividades que eles deixaram de responder nas aulas anteriores e fica o horário por completo sentada. Ao final do horário, os alunos não respondem as atividades e a professora acaba não propondo outras atividades. Na prática, as respostas adquiridas a partir das entrevistas, não correspondem com as práticas docentes da maior parte dos professores, pois as aulas não apresentam nenhuma didática voltada à especificidade da turma. As aulas são desenvolvidas em meio a baderna, sem a participação efetiva dos alunos, o que reflete diretamente no grande número de notas baixas segundo os professores, e conseqüentemente nem os professores nem a gestão da escola desenvolvem medidas para a melhoria do desempenho escolar dos educandos da EJA.

Nota-se que recursos didáticos, que auxiliem no processo de ensino aprendizagem dos alunos, é escasso, tornando-se um dos principais fatores citados pelos professores como dificuldade encontra pelos mesmos para efetuar, de forma mais abrangente, a prática docente em sala de aula para possibilitar aos alunos maior compreensão dos conteúdos. A escola não conta com biblioteca e laboratório de informática, impedindo segundo os professores propostas de atividades de pesquisas dentro do próprio ambiente escolar, visto que, como a EJA ocorre durante o turno da noite, torna-se inviável realizar trabalhos que priorizem visitas fora do ambiente escolar, que possibilitaria aos alunos a observação, o desenvolvimento de pesquisas, e a ligação das temáticas discutidas em sala de aula com a realidade fora do contexto escolar.

Muitos professores utilizam apenas o livro didático, que foi entregue a todos os alunos, porém os mesmos não levam os livros para as aulas, os professores relatam que os conteúdos disponíveis são reduzidos, além disso, as propostas presentes nos mesmos não estão de acordo com os níveis educacionais dos alunos, o que acaba interferindo diretamente na aprendizagem do alunado. Como citado anteriormente o livro didático utilizado contém todas as disciplinas trabalhadas em sala de aula e foi disponibilizado e entregue a todos os alunos da escola, porém, estes dificilmente estão com os livros durante as aulas, tornando as aulas ainda mais improdutivas, segundo relatos dos próprios professores, já que os mesmos utilizam apenas o livro como recurso didático diante da sua prática docente.

Diante dessa perspectiva, nota-se que a escola atende no que diz respeito à garantia do livro didático aos alunos da EJA, porém, segundo os relatos dos professores, o livro não atende às especificidades dos mesmos, configurando-se como inadequado para a consolidação

do processo de aprendizagem de forma significativa, fazendo-se necessário, portanto, a revisão do material ofertado a partir do PNL D EJA, para que seja adequado e que atenda às necessidades específicas dos alunos para que os auxilie, conseqüentemente, no processo de aprendizagem. A Resolução nº 51 de 16 de setembro de 2009, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, considera formidável “a necessidade de estabelecer um programa nacional de distribuição de livro didático adequado ao público da educação de jovens, adultos e idosos, como um recurso básico, no processo de ensino e aprendizagem” (BRASIL, 2009, p. 1).

#### Quadro 10 – As contribuições da Gestão para as práticas docentes

Professor	Dados da entrevista	
		Resposta dos professores
P1		“Sim, pois quando solicito algum material para produzir recursos, impressão etc., estão sempre disponíveis para meu uso.”
P2		“Sim, disponibilizando material didático executando projetos que cultivam a interatividade.”
P3		“Não.”
P4		“Sim, mas há necessidade de uma maior interação, para que haja uma mobilização, quanto as necessidades para a melhoria do fazer pedagógico.”

Fonte: Araujo (2019).

A partir das observações e dos relatos dos professores, a participação da gestão em relação às atividades desenvolvidas nas salas de aula da EJA, assim como na escola de modo geral, configura-se como insuficiente, pois não é efetivado por parte da mesma nenhum tipo de ação pedagógica, que viabilize solucionar as problemáticas existentes e persistentes na EJA. Segundo os professores isso acaba interferindo diretamente no processo de ensino aprendizagem dos alunos, pois o desenvolvimento de projetos, voltados às dificuldades encontradas pelos mesmos diante dos conteúdos abordados e das disciplinas trabalhadas em sala de aula, poderia aproximá-los de maneira mais didática ao conteúdo. Porém o desenvolvimento de projetos e ações que facilitariam o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, não dependem apenas das iniciativas da gestão escolar, mais sim de todos os envolvidos na escola.

A utilização de recursos que despertassem a curiosidade e que desenvolvessem a prática da pesquisa possibilitaria a compreensão dos conteúdos abordados e a interligação destes com a realidade dos alunos, visto que são pertinente os questionamentos por parte dos discentes sobre a necessidade de aprender determinados conteúdos, já que, para alguns, muitos dos conteúdos trabalhados em sala de aula não terão serventia em suas vidas.

Segundo o Plano Municipal de Educação de São Luís, a necessidade da participação da gestão nas tomadas de decisões que abranjam o desenvolvimento de atividades educacionais para possibilitar o maior desempenho educacional dos alunos é de extrema importância, visto que essa participação é “ responsável, também, pelas decisões e ações vividas na escola, pela definição de seus objetivos estratégicos, de seus valores e dos trabalhos de equipe, elaborados para a vivência social” (SÃO LUÍS, 2015, p. 48). O que possibilitaria o desenvolvimento de ações pautadas na resolução das problemáticas pertinentes nas aulas, como a indisciplina e a falta de compromisso e interesse dos alunos diante das atividades desenvolvidas pelos professores durante as aulas.

#### Quadro 11 – Os desafios encontrados na atuação como professor da EJA

Professor	Dados da entrevista
	Resposta dos professores
P1	“Fazer com que aquele aluno que chega em minha sala sem saber ler, nem escrever e não conhece as letras, não sabe escrever seu nome, e eu tenho que, ao final do percurso faze-lo desenvolver tais habilidades, o desafio e as vezes, a ausência deles por problemas familiares, trabalho e eu tenho que ser presente para motivá-lo. ”
P2	“Ausência de material didático, defasagem de aprendizado, os alunos em situação de vulnerabilidade, alunos que tem menos tempo para estudarem, alunos em situação de risco e de conflito, alunos que apresentam cansaço físico por conta do trabalho e também a carência de formação de professores de forma continuada. ”
P3	“ A indisciplina. ”
P4	“ A escassez de equipamentos, a indisciplina dos alunos, o nível de aprendizagem da maioria dos alunos, incompatíveis com a escolaridade, a falta do apoio familiar. E a descrença pela mudança que a educação pode gerar na vida dos alunos, ou seja o descrédito na educação por parte deles. ”

Fonte: Araujo (2019).

Os desafios mais pautados e pertinentes, de acordo com os professores, para a efetivação de suas práticas docentes e de maneira efetiva, estão em sua maior parte ligadas à ausência de materiais didáticos e equipamentos que possibilitem o melhor desenvolvimento das propostas educacionais voltadas para a EJA. Segundo os entrevistados, há falta de materiais que possibilitem maior compreensão dos conteúdos abordados por parte dos alunos, o que acaba influenciando ainda mais a indisciplina nas salas de aula e, conseqüentemente, o péssimo desenvolvimento das aulas, que estão pautadas em exposições orais dos conteúdos presentes no livro didático, sendo que este, inclusive, segundo os professores, não atende de forma abrangente as necessidades dos alunos, além de ser composto por conteúdos expostos de forma bem sucinta e resumida.

Vale ressaltar que de acordo com a estratégia 8.4 da meta 8 do PME, vigente atualmente em 2015-2024, é necessário que sejam desenvolvidas ações em relação a EJA, que priorizem a institucionalização de programas e projetos com acompanhamento pedagógico para afetar os estudantes com rendimento escolar defasado, além de assegurar às escolas, materiais didáticos pedagógicos adequados às características e realidade sociocultural dos segmentos populacionais considerados (SÃO LUÍS, 2015, p. 69). Observa-se que muitos dos professores atuantes na escola ficam presos apenas a possibilidades que estão presentes nos livros didático. Durante o período de observação, por exemplo, notou-se que apenas a professora do primeiro seguimento, aqui chamada de P1, desenvolve atividades buscadas em outras fontes bibliográficas, interferindo diretamente na forma em que a sua prática docente desenvolve nos alunos a vontade de participar efetivamente das aulas. Ressalta-se que a escola também não desenvolve programas e projetos que viabilizem acompanhamento pedagógico aos alunos, pois as aulas ocorrem e se desenvolvem em duas horas de aula, de forma rápida e sucinta, com a utilização mínima de material didático e a falta frequente de muitos professores, o que acaba reafirmando, como visto anteriormente, a necessidade de uma EJA como forma acelerada de promover educação para aqueles que de algum modo precisam estar inseridos na mesma.

**Quadro 12 – Expectativas em relação aos cursos de formação continuada para a EJA**

Professor	Dados da entrevista
	Resposta dos professores
P1	“Que poderia ter pessoas mais preparadas para nos dar formação. Geralmente os formadores trazem textos ao invés de estratégias, jogos, etc., trabalhar com EJA, não é fácil, o aluno aprende hoje amanhã já esqueceu temos que sistematizar o conteúdo diariamente, até ele consolidar e cada um tem sua especificidade.”
P2	“Que promova técnicas de envolvimento entre professor e aluno e também de aluno para aluno de forma a fazer o ensino mais prático e prazeroso.”
P3	“Nenhuma.”
P4	“Que contribua, para melhora da minha pratica docente em sala de aula.”

Fonte: Araujo (2019)

É válido para os professores, que durante o processo de formação continuada, utilizarem técnicas e práticas que possivelmente podem auxiliar no desenvolvimento das metodologias utilizadas em sala de aula. Observa-se, diante a questão abordada, que os professores sentem a necessidade de os cursos de formação desenvolverem atividades práticas que possibilitem a compreensão sobre os conteúdos abordados nos textos teóricos durante as formações. Assim, a utilização de oficinas foi bem pautada pelos entrevistados, visto que para eles o conteúdo abordado se torna compreendido de forma mais ampla e com maior absorção. Essa metodologia necessita ser colocada em prática pelos próprios professores durante as suas práticas docentes em sala de aula.

Explicações orais e utilização de textos, como única e absoluta metodologia, de fato torna o processo educacional monótono e, conseqüentemente, desarmonioso. Nota-se que o processo de formação influencia diretamente as práticas docentes dos professores, pois é a partir dessas práticas que o professor desenvolve suas metodologias, de acordo com o que foi ensinado e compreendido pelo mesmo em seu processo de formação, inicial e continuada. Isso implica dizer que se torna necessário uma maior observação quanto a esse processo, visto que o mesmo refletirá no trabalho docente dos professores ao serem inseridos nas escolas, como profissionais aptos e qualificados a desenvolverem e participarem do processo de formação educacional dos educandos.

**Quadro 13 – Recomendações aos cursos de Licenciatura**

Professor	Dados da entrevista	
		Resposta dos professores
P1		“Elaboração de tarefas diversas, jogos, pois essa é a maneira de conseguirmos a alfabetização desses alunos que merecem uma qualidade de vida bem melhor, ler e escrever e um direito de todos! E principalmente seu próprio nome.”
P2		“Mais disciplinas em psicologia, sociologia e filosofia da educação, praticas envolvendo a inter-relação entre as particularidades dos alunos e o desempenho escolar como também o estudo do contexto social da escola.”
P3		“Muita paciência e resiliência.”
P4		“Que seja, uma escolha feita de forma consciente, tendo clareza do papel desse profissional na formação de cada aluno. Por vezes me entristeço, mas nunca tive vontade de desistir.”

Fonte: Araujo (2019).

Segundo os professores, é necessário que os cursos de licenciatura, incluindo o curso de Pedagogia, formem professores façam parte do quadro de professores atuantes na modalidade de ensino EJA, para que a estrutura curricular dessa modalidade de ensino esteja disposta de disciplinas que abordam as particularidades existentes na EJA, assim como a criação, desde o processo de formação inicial, de práticas docentes pautadas em metodologias que trabalhem com oficinais e jogos, ou seja, que fazem a utilização do lúdico também no processo educativo de jovens, adultos e idosos, porém, o uso dessa técnica precisa ser desenvolvida a partir de metodologias adequadas aos alunos, não seguindo a vertente do lúdico utilizado com crianças, mas sim que desenvolvam nos alunos da EJA o processo de observação, pesquisa e participação, de acordo com os conhecimento já adquiridos dos alunos.

Isso possibilitaria a eles uma maior compreensão dos conteúdos e participação efetiva durante a abordagem dos conteúdos. Os recursos didáticos, que possam vir a serem produzidos pelos próprios alunos, desperta-os interesse diante da prática docente dos professores, os proporcionando atividades que desenvolvam de forma significativa o processo de ensino aprendizagem dos mesmos. Vale ressaltar, também, que, segundo os professores, é necessário que o professor, em seu processo de formação docente, esteja ciente das dificuldades a serem encontradas na EJA, e que a escolha em trabalhar com essa modalidade de ensino esteja pautada na disposição de compreender a história e complexidade da mesma, além de

compreender que se faz necessário que a prática docente se desenvolva a partir do reconhecimento das especificidade dos alunos e da busca por metodologias que possibilitem maior compreensão por parte dos alunos, nas aulas desenvolvidas pelo professor durante seu trabalho docente nas salas de aula da EJA.

**Quadro 14 – Acesso aos cursos e ações voltados a EJA ofertados pela SEMED**

Professor	Dados da entrevista	
		Resposta dos professores
P1		“Sim, mais gostaria que a secretaria trabalhasse oficinas.”
P2		“ Não, conheço e não tenho acesso. ”
P3		“No momento, nenhum.”
P4		“Já participei, há 10 anos, e necessário que seja mais sistemático. Essa semana participei de uma reunião proposta pela SEMED, sobre as propostas da Formação Continuada para esse ano de 2019. ”

Fonte: Araujo (2019).

Segundo a maior parte dos professores os mesmos não têm acesso às informações sobre as divulgações das ofertas dos cursos de ações voltadas para a EJA, assim como dos cursos de formação continuada, porém, segundo a equipe técnica da Semed/Saeja, os cursos são disponibilizados mensalmente às ações voltadas a EJA, e são divulgados nas escolas, a partir de e-mail que são enviados à Gestão das instituições, como também de forma presencial durante as visitas efetivadas pela mesma nas escolas. Nota-se a necessidade de um meio de comunicação mais efetivo, entre a Secretaria e os professores atuantes na modalidade de ensino, pois isso possibilitaria maior divulgação sobre essas ações, e possivelmente uma maior procura por parte dos professores, em participar das ações voltadas à formação de professores, como também a efetivação de projetos desenvolvidos pela secretaria para a melhoria do desenvolvimento educacional dos alunos da EJA nas escolas da rede municipal de ensino.

**Quadro 15 – Recomendações aos cursos de formação continuada**

Professor	Dados da entrevista	
		Resposta dos professores
P1		“Oficinas, atividades para alfabetização, busca de um livro que ajudasse nesse aprendizado pois não temos, pois, o livro que mandam e fora da minha realidade de alfabetizadora.”
P2		“Que os objetivos principais sejam direcionados para uma contextualização entre a escola e as carências e potencialidades da comunidade e dos alunos.”
P3		“Que enfatizassem a necessidade de paciência e resiliência.”
P4		“Bom de acordo com as propostas para esse ano de 2019, a formação precisa estar atenta as demandas dos professores, alunos e mudanças, sociais e tecnológicas, como entre outras questões.”

Fonte: Araujo (2019).

De acordo com as respostas dos professores, nota-se a necessidade de maior envolvimento dos mesmos com os cursos de formação continuada ofertados pela Semed, visto que os professores afirmam que os cursos, necessitam desenvolver metodologias mais didáticas e voltadas a prática de atividades, como oficinas. O que possibilitaria aos professores utilizá-las com os alunos da EJA, propondo aos mesmos, maior participação durante as exposições das aulas. Por essa vertente, entende-se que os professores esperam metodologias prontas, onde poderiam reutilizar em suas práticas docentes, alguns professores justificam que não desenvolvem atividades específicas e com metodologias que desenvolvam os conteúdos de maneira mais compreensível aos alunos, pelo fato dos cursos de formação continuada, não desenvolverem durante as formações, um modelo metodológico pronto a ser utilizado na EJA.

Vale ressaltar que durante as observações das aulas foi identificado que grande parte dos professores utilizam apenas o livro didático como referência para as aulas a serem desenvolvidas, mas isso os mantêm limitados apenas na prática oral da exposição, a partir da leitura dos conteúdos dos livros. Torna-se importante, portanto, que seja enfatizado, pelos cursos de formação continuada, oficinas que possibilitem aos professores o desenvolvimento de metodologias participativas, além da criação por parte do governo, de ações educacionais que

tragam para o ambiente da sala de aula propostas de pesquisas e efetivação da participação dos alunos durante as atividades propostas.

### **4.3 A participação da Gestão na efetivação do trabalho docente na EJA**

Durante a pesquisa, assim como com os professores, a entrevista foi aplicada à Gestão da escola, visto que para compreender a efetivação do trabalho docente, na escola campo de pesquisa, é necessário compreender o processo de comunicação e ligação existente entre professores e gestão, para a verificação da existência de ações voltadas ao desenvolvimento educacionais dos alunos da EJA. A forma a formação continuada em EJA pode contribuir para essas ações e para essa comunicação entre gestão, professores, alunos e comunidade é viabilizar o processo de ensino-aprendizagem de forma qualificada e de acordo com as necessidades dos alunos. Para que a entrevista fosse aplicada, contamos com a aceitação e autorização da Gestão para que ela ocorresse, para isso foi apresentado um termo de compromisso e uma cópia do roteiro da entrevista, em ambos consta o objetivo da pesquisa e a finalidade da mesma, além de dados de identificação da autora e do orientador.

Após a leitura, a Gestão aceitou participar voluntariamente da pesquisa, porém as respostas foram extremamente curtas e superficiais, além disso, ficou evidente a grande preocupação com as respostas que a mesma viera a dar, e a consequência do resultado da presente pesquisa de forma negativa ao seu trabalho. Reforça-se, assim, que o trabalho não viria a identificá-la e que a sua identidade seria preservada. Após a assinatura do termo de compromisso, inicia-se a aplicação da entrevista, onde, por motivos de privacidade, chamaremos a mesma de G1. A primeira pergunta feita a ela foi sobre seu nome e formação inicial. G1 responde o seguinte: *Meu nome é G1, sou formada em Letras e Gestão Pública*. Em seguida, dando continuidade aos questionamentos, G1 foi questionada sobre possuir formação continuada, e em qual área seria essa formação. Ela respondeu que: *Sim, em Gestão e Supervisão escolar, e informática*. Nota-se que ela possui conhecimentos voltados a suas funções dentro da escola, o que pode contribuir para o desenvolvimento das atividades pela escola para a efetivação do trabalho docente na EJA.

Sobre a estrutura de organização para a efetivação de projetos, voltados para a EJA, faz-se necessário enfatizar a importância dos mesmos, para que se estabeleça atividades que possibilitem aos alunos o desenvolvimento dos conteúdos abordados em sala de aula. Perguntado a G1 sobre quais os trabalhos eram desenvolvidos na escola, voltados para a EJA, obteve-se a seguinte resposta: *Palestras nas turmas e ações sociais*

Sobre a quantidade de turmas, quanto aos professores atuantes na EJA, e se todos os professores atuantes possuíam formação continuada em EJA, G1 afirma que: *Possui três turmas, uma do primeiro seguimento, e duas do segundo seguimento, trabalham 6 professores com a EJA e todos possuem formação continuada na área.*

Após analisar as entrevistas com os professores, e a observação na escola, nota-se uma contradição entre essas informações, já que não são todos os professores atuantes na escola que possuem formação continuada em EJA. Diariamente são apenas dois professores para as salas do segundo seguimento, estes atuam nas duas salas, sendo o primeiro horário em uma e o segundo horário em outra turma. Caso ocorra a falta de um desses professores, o professor presente precisa se desdobrar para dar aula nas duas turmas ao mesmo tempo, o que acaba dificultando seu trabalho docente em sala de aula.

Sobre o questionamento em relação ao material didático específico para melhor atender os alunos da EJA, e de que forma ocorre a garantia desse material, obtém-se a seguinte resposta: *Sim, contamos com máquina de xerox, que fica à disposição dos professores para reproduzir matérias que vão ser usados nas aulas.* Diante das observações feitas nas salas de aulas, durante a regência dos professores, foi identificado que alguns professores fazem o uso do livro didático que é repassado à escola pela SEMED; o livro é da editora Moderna e é constituído por todas as disciplinas trabalhadas em sala de aula, abrangendo os conteúdos de: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, Artes, Língua Estrangeira: Inglês e Espanhol.

Identifica-se, a parti das observações feitas na escola, nas regências e dos relatos de acordo com os dados coletados via entrevista, que a escola não atende às propostas das estratégias da meta 9 do PME, que assegura na meta 9.21 o seguinte:

Adquirir e/ou produzir materiais e equipamentos didáticos pedagógicos acessíveis para as escolas da Rede Pública Municipal de Ensino que atendem a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, observando suas especificidades e priorizando aqueles confeccionados a partir do reaproveitamento de resíduos.

Foi identificado que a escola possui livros didáticos específico para a EJA, porem e o único material didático a disposição dos alunos e professores na escola, apenas 1 professora produz recursos didáticos a partir de matérias recicláveis para que os alunos desenvolvam o processo de ensino-aprendizagem da melhor forma possível; a mesma desenvolve e produz recursos didáticos específicos, que atendam às necessidades da turma a qual trabalha.

Quando questionada sobre as contribuições da gestão para as práticas docentes dos professores atuantes na EJA, obteve-se a seguinte resposta de G1: *Fazemos o acompanhamento e*

*motivamos os professores para as aulas. As respostas configuram-se em respostas curtas, sem muita abrangência, e o que pode ser relatado a partir das observações feitas e dos relatos dos professores e funcionários da escola é que a única contribuição por parte da Gestão é a de deixar, à disposição dos professores, os equipamentos para a reprodução dos materiais didáticos. Sobre o que diz respeito aos desafios encontrados pela escola ao terem a EJA presente no atendimento educacional da mesma, G1 afirma o seguinte: *O Principal desafio é incentivar sobre a permanência dos alunos na escola. Sobre quais as expectativas em relação à formação continuada de professores atuantes na EJA, G1 diz: Espero que traga melhorias para o ensino-aprendizagem dos alunos. Sobre a frequência dos planejamentos com os professores da EJA, obteve-se a seguinte resposta: E feito a cada período.**

Sobre a utilização dos dispositivos legais e as políticas de formação docente, como referencial para os planejamentos, G1 responde que: *É usado sim, durante a formação continuada. Sobre as medidas tomadas ao serem identificadas problemáticas quanto ao rendimento escolar dos alunos, obteve-se a seguinte resposta: Trabalhamos com reforço dos conteúdos, atividades extras, elaboração de trabalhos, entre outros. Porém, a partir das observações e dos relatos dos professores, não existem ações direcionadas de fato para a resolução das problemáticas existentes, visto que foi identificado que muitos alunos permanecem com dificuldades pertinentes em determinados conteúdos, porém, as iniciativas para o desenvolvimento de atividades que possibilitem maior participação dos alunos, como a realização de projetos, não ocorrem, visto que segundo relatos da própria gestão os professores não são participativos quanto .*

O que foi identificado é que se os alunos não compreendem os conteúdos abordados; se inicia um novo conteúdo e assim sucessivamente, não é notório, pois, nas regências das turmas do segundo seguimento, uma preocupação sobre como os alunos presentes estão sendo contemplados com as práticas docentes dos professores. Sobre a escola desenvolver alguma ação para garantir a permanência dos alunos na mesma, G1 responde da seguinte maneira: *Sim, e feita a divulgação sobre a importância da permanência. Sobre as sugestões ou recomendações para os cursos de formação continuada de professores da EJA, que possibilitariam contribuições para a prática docente, obteve-se a seguinte resposta: Que houve-se maior ampliação do espaço, com exposições ou uso de painéis, que tivesse atividades diferenciadas. Como já citado anteriormente, as respostas, por parte da Gestão da escola, foram bem restritas e sucintas, o que demonstra que existe uma grande preocupação em como as atividades desenvolvidas pela escola, voltadas para a EJA, poderiam ser descritas na pesquisa aqui presente.*

A comunicação entre Gestão e professores também é bem limitada, o que impossibilita o desenvolvimento de ações que de fato possam a vir a melhorar o

desenvolvimento educacional dos alunos da EJA. Além disso, além da dificuldade para a solução das problemáticas observadas na escola, como o grande número de adolescentes matriculados na EJA, há falta de material didático e a falta de acompanhamento por parte das famílias desses alunos na vida escolar. É necessário que a Gestão escolar se demonstre democrática, o que não foi identificado na escola, pois a comunicação entre equipe gestora, professores, funcionários, alunos e comunidade é falha e em muitos momentos inexistente.

Vale ressaltar que para se construir uma cultura democrática no contexto escolar, é necessário o envolvimento de todos os participantes, viabilizando, assim, propostas para a criação e desenvolvimento de atividades educacionais para a melhoria da educação ofertada, e do processo de ensino aprendizagem dos alunos da EJA. Essas medidas são desenvolvidas a partir dos conselhos de classe, que possibilitam a identificação das problemáticas existentes e a possibilidade de soluções das mesmas.

A aproximação da comunidade escolar com a comunidade em seu entorno é de extrema importância, pois possibilita que a escola desenvolva atividades que se enquadrem de fato à realidade dos alunos ali inseridos, “possibilitando atividades de problematização e alternativas de solução para problemas referentes à educação; desenvolver projetos comunitários, que tratem das necessidades específicas da comunidade” (SÃO LUÍS, 2015). Observa-se, na escola lócus da pesquisa, uma falha significativa quanto ao processo de comunicação entre os participantes da concretização de uma gestão democrática na escola, e isso acaba interferindo negativamente no desenvolvimento educacional dos alunos da EJA. Vale ressaltar que a criação de projetos voltados para as melhorias educacionais desses alunos só se torna possível a partir das contribuições de todos os envolvidos, visto que, desenvolver ações que solucionem as problemáticas existentes no ambiente escolar, se faz necessário a observação e principalmente as contribuições de todos que estão diante da realidade do contexto escolar, para que essas ações venham de fato a ter resultados significativos no processo educacional dos alunos da EJA.

#### 4.4 A Formação Continuada de Professores da EJA de acordo com a SEMED/SAEJA

A pesquisa, que foi realizada na SEMED/SAEJA, localizada na Av. Castelo Branco, Nº 250, São Francisco, São Luís –MA, contou com a participação da coordenadora pedagógica do setor SAEJA, que aqui será apresentada como T1, com o intuito de preservação da identidade da mesma. Sobre o seu perfil, destaca-se que é especialista em educação, possui 22 anos de carreira e está recentemente à frente da SAEJA, provisoriamente. A entrevista aplicada com ela teve como intuito identificar as atividades desenvolvidas pela SEMED, voltadas a EJA, notando a garantia e a oferta da formação continuada aos professores atuantes na modalidade de ensino na rede municipal de São Luís. Partindo dessa vertente, ao ser questionada sobre as principais atividades desenvolvidas pelo setor do qual trabalha, T1 responde que: *“Desenvolvemos a formação continuada, o acompanhamento das escolas que atendem a EJA e implementamos as ações desenvolvidas nas escolas”*.

Sobre as principais ações desenvolvidas pela SEMED, para a EJA em São Luís, obteve-se a seguinte resposta: *“O acompanhamento pedagógico, nas escolas e o desenvolvimento de projetos Federais e Municipais.”* Sobre a frequência da oferta de cursos de formação continuada nos anos de 2017 e 2018, T1 afirma que: *“De forma mensal, todo mês.”* No que diz respeito à divulgação dessa oferta, obteve-se a seguinte resposta: *“E enviado para o e-mail das escolas, dos professores, ou diretamente nas escolas, ocorre a divulgação.”* Sobre a existência de ações desenvolvidas pela SEMED para a garantia da permanência dos alunos da EJA na escola, T1 responde: *“Sim, a partir da formação continuada da roda de conversa de língua portuguesa e matemática, para professore para o desenvolvimento de metodologias participativas.”*

Sobre as maiores dificuldades encontradas em relação à oferta e alcance dos cursos de formação continuada para a EJA visando os professores da rede municipal, obteve-se a seguinte resposta: *“A maior dificuldade encontrada e a ausência dos professores nas salas de aula, assim como a falta de interesse dos mesmos em participar das formações, visto que oferta, existe divulgação também, porém ainda falta comprometimento dos mesmos na busca pelos cursos.”* Sobre se é satisfatório o número de professores interessados na formação continuada em EJA, obtém-se a seguinte resposta: *“Sim, mesmo com algumas dificuldades e significativo o número de professores que procuram e chegam a participar das formações.”* A partir das informações repassadas pela SEMED/SAEJA, os cursos de formação continuada são desenvolvidos e aplicados mensalmente, e tendem a desenvolver, com os professores participantes, atividades voltadas ao desenvolvimento escolar dos alunos da EJA,

a partir de metodologias que possibilitem a participação e contribuição dos mesmos diante dos conteúdos abordados.

Por essa vertente, pode-se afirmar que a participação efetiva dos professores, nos cursos de formação, é muito importante, pois possibilita o melhor desenvolvimento do trabalho docente de acordo com as particularidades e especificidades dos educandos que constituem as salas de aula da EJA. No que se refere à escola campo de pesquisa, a partir da análise dos dados das entrevistas efetuadas na mesma e da observação do trabalho docente em sala de aula, como também do contexto escolar habitual, observa-se a falta de comunicação e concretização do trabalho desenvolvido pela SEMED/SAEJA na instituição, visto que, segundo os dados obtidos, a escola não recebe acompanhamento efetivo por parte da secretaria para possibilitar o desenvolvimento de ações para a garantia da permanência dos alunos na escola, como também no desenvolvimento de projetos que viabilizem a melhoria do ensino ofertado e desenvolvido na mesma. Além disso, os professores afirmam, em sua maior parte, não serem informados sobre a oferta e disponibilidade dos cursos de formação, os impossibilitando, assim, de terem uma participação efetiva nos cursos de formação continuada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, em questão, satisfaz uma necessidade pessoal e coletiva ao ser realizada: pessoal, por ser uma temática que sempre despertou meu interesse particular, em conhecer como se desenvolvia o trabalho docente dos professores da EJA, principalmente na escola lócus da pesquisa, que se encontra presente na comunidade em que sou residente e onde meus pais foram alunos. Isso tudo sempre me despertou grande curiosidade: saber como eram aplicadas as metodologias, quais os recursos didáticos utilizados e se a escola possuía ligação direta com a comunidade em torno, para perceber e compreender a importância dos cursos de formação continuada em EJA, visando possibilitar uma educação de qualidade aos alunos dessa modalidade de ensino; coletiva, por compreender a importância de se levantar essas questões atualmente, visto que a qualidade de ensino ofertada na EJA, assim como em todo sistema educacional brasileiro, ainda se encontra falho e em muitos casos precário no que se refere às escolas públicas do país, propondo, assim, uma visão mais abrangente do papel do professor diante das problemáticas existentes na EJA para os professores atuantes na modalidade de ensino, para os professores das universidades e centros de formação de professores, como também para os estudantes de pedagogia.

Nessa perspectiva, os referenciais teóricos, a coleta e análise dos resultados diante da pesquisa aqui apresentada, proporciona-nos conhecer a abrangência da formação continuada em EJA, para a prática docente dos professores nas salas de aula que atendem a referida modalidade de ensino, pois, a partir dela, torna-se possível identificar as especificidades encontradas nas salas de aula, e produzir atividades que atendam a essas especificidades, para configurar a possibilidade de utilização de metodologias que tornem as aulas mais participativas; e que o processo de ensino aprendizagem se torne significativo aos alunos, transformando e interligando os conhecimentos de acordo com as necessidades dos mesmos, e desenvolvendo a prática da cidadania e desenvolvimento escolar, social e cultural, buscando respeitar as especificidades dos alunos da EJA. Isso proporciona a compreender do papel do professor em sua atuação nas turmas da EJA, pois durante seu processo de formação inicial ele identifica a importância de tornar sua prática docente um fator de desenvolvimento da educação ofertada em sala de aula.

Vale ressaltar ainda que o professor compreende as especificidades existentes na EJA, não apenas no seu processo de formação inicial, já que durante seu processo de formação ele compreende que o ambiente escolar é composto por indivíduos que possuem particularidades específicas e independente da modalidade ou nível escolar que os alunos se

encontram. Portanto, o professor necessita estar apto para trabalhar com os alunos, o que implica afirmar que o processo de formação continuada se torna imprescindível, visto que esta possibilita ao professor conhecimentos indispensáveis para utilizar em suas práticas docentes em sala de aula, tornando possível, no caso da EJA, propor ações ligadas ao desenvolvimento das capacidades intelectuais dos alunos para o desenvolvimento pessoal dos mesmos.

Pode-se dizer que os cursos de formação continuada em EJA são responsáveis por auxiliar o desenvolvimento das práticas docentes, e, conseqüentemente, torna-se insubstituível para os professores. Como vimos, a ação desse profissional traz para o ambiente da sala de aula conseqüências ligadas aos processos de aprendizagem dos alunos; o professor que não utiliza metodologias participativas, adequadas às especificidades dos alunos, acaba por proporcionar e abranger processos educacionais superficiais, visto que os conteúdos abordados nas aulas não são compreendidos por parte dos alunos, tendo como conseqüência, posteriormente, o grande número de notas baixas e reprovações. Quando as técnicas desenvolvidas nos cursos de formação continuada são desenvolvidas nas salas de aula da EJA, o desenvolvimento educacional dos alunos se torna mais efetivo e participativo, diante das abordagens desenvolvidas pelos professores, mesmo que, pelo que foi visto, os cursos de formações continuada da EJA, pela Semed, necessitem desenvolver atividades mais dinâmicas segundo os professores.

À medida em que os professores atuantes na EJA elaboram estratégias de aperfeiçoamento das suas práticas docentes, o desenvolvimento escolar dos alunos torna-se cada vez mais participativo e a aprendizagem significativa, trazendo partes importantes na construção de um ambiente escolar satisfatório e agradável aos alunos e ao trabalho docente. Com relação aos benefícios para os professores, pode-se perceber que a atuação dos mesmos, a partir das contribuições da formação continuada na EJA, traz ganhos ao promover o desenvolvimento educacional dos alunos dessa modalidade de ensino, tornando-os protagonistas do seu desenvolvimento pessoal – capacitados, desenvolvidos e motivados – e gerando ainda ótimos resultados na vida escolar e pessoal, o que, conseqüentemente, leva-os a garantir empregos, avançar em níveis escolares acima do que se encontram atualmente e contribuir com a sociedade como um todo, diante dos conhecimentos desenvolvidos e adquiridos nas salas de aulas da EJA, com o auxílio de professores capacitados e qualificados que desenvolvem uma educação de qualidade a partir de suas práticas docentes.

Por essa vertente, a pesquisa aqui exposta foi essencial para que possa confirmar as ideias de Paulo Freire: de que o professor é aquele que demonstra, através da educação, as contribuições para a transformação das pessoas, e que estas, diante dessa perspectiva, podem

transformar o mundo. Porém, como foi visto, para que tais transformações tornem-se possíveis, é necessário a abrangência da discussão sobre a temática abordada nos cursos de Pedagogia e cursos de licenciatura em geral, não limitando a mesma na aplicação da disciplina “Educação de Jovens e Adultos”, no caso dos cursos de Pedagogia, mas que entenda-se a obrigação de abrangência sobre a importância da formação inicial e continuada do professor atuante na EJA, viabilizando contribuições no desenvolvimento educacional dos alunos dessa modalidade de ensino.

Por fim, registra-se a relevância desta pesquisa por favorecer um estudo sistematizado sobre a temática abordada, o que possibilitou significativamente aprendizados para esta última etapa na graduação, além de torna forte o desejo de aprofundá-la posteriormente. Diante da evolução acadêmica, a pesquisa proporcionara o aprimoramento sobre a importância da formação continuada para a prática docente do professor atuante na EJA, que em seu papel de formador de opiniões, necessita qualificar-se e atualizar-se sempre, para que a qualidade oferecida nas salas de aula sejam de qualidade e fator primordial para o desenvolvimento educacional dos alunos, visto que o processo de lutas da EJA, para se configurar como é atualmente, é repleta de avanços e retrocessos. Assim, essa temática é fonte de conhecimento e aprimoramento pela busca de um sistema educacional menos sucateado, em especial a EJA.

Este conhecimento acrescentará contribuições aos interessados em reforçar, aos cursos de formação de professores, a existência e a necessidade da qualificação profissional, para o melhor desenvolvimento das práticas docentes em sala de aula, destorcendo, dessa maneira, a falsa ideia sobre facilidades ao se trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos para que o desenvolvimento educacional dos alunos dessa modalidade de ensino ocorra de forma adequada para que o professor esteja apto a trabalhar e desenvolver suas práticas docentes.

## REFERÊNCIAS

ARBACHE, Ana Paula. **A Formação de educadores de pessoas jovens e adultos numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.

BRASIL. Constituição Federal, de 5 de outubro de. 1988.**Senado Federal**. Texto Constitucional, Brasília, DF, out 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº6.755, de 29 de janeiro de. 2009. **EMENTA:** Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências, Brasília, DF, jan. 2009.Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-6755-29-janeiro-2009-585786-norma-pe.html> > Acesso em 12 mai.2018.

\_\_\_\_\_. Lei. Nº9.394, de 20 de dezembro de.1996. **Planalto**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, DF, dez 1996. Disponível em:<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm)>Acesso em :10 mar.2019.

\_\_\_\_\_. Lei. Nº10.172, de 09 de janeiro de 2001.**Portal Câmara dos Deputados**. Aprova o Plano Nacional de Educação e da outas providencias. Brasília, DF, dez 2001..Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html> > Acesso em:10 mar.2019.

\_\_\_\_\_. Lei Nº12.796, de 4 de abril de 2013.**Planalto**. Altera a lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a Formação dos Profissionais da Educação e dar outras providências. Brasília, DF,abr 2013.Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm)> Acesso em 12 mai.2018.

\_\_\_\_\_. Lei Nº11.494, de 20 de junho de 2007.**Portal do FNDE**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB Brasília, DF, 20 jun.2007.Disponível em:< <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3339-lei-n%C2%BA-11494-de-20-de-junho-de-2007>.>

\_\_\_\_\_. Lei Nº13.005, de 25 de junho de. 2004. **Portal Câmara dos Deputados**. Aprova Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências, Brasília, DF, jun.2004. Disponível em:< [www2.camara.leg.br/.../lei/.../lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal](http://www2.camara.leg.br/.../lei/.../lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal)>. Acesso em: 11 mai.2018.

\_\_\_\_\_. Lei Nº13.415, de 16 de fevereiro de. 2017.**Planalto**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 11.494, de 20 de junho 2007,Brasilia,DF,fev.2017.Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm) >. Acesso em 12 mai.2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portal do MEC**. Parecer nº11, de 10 de maio de 2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Brasília, DF, 10 de mai. 2000. Disponível em:<  
[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf)> Acesso em: 08 mai.2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portal do MEC**. Parecer nº9, de 8 de maio de 2001. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, Brasília, DF, 8 de mai. 2000. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>> Acesso em: 08 mai.2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portal do MEC**. Resolução nº 51 de 16 de setembro de 2009. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA), Brasília, DF, set.2009. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34164-resolucao-fnde-n-51-2009> Acesso em :05 jun.2019.

\_\_\_\_\_. Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado. **Ministério da Educação**. Brasília, DF, abr.2011. Disponível em:  
[portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2012.../10022-diretrizes-principios-pba-secadi](http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2012.../10022-diretrizes-principios-pba-secadi)>. Acesso em: 20 mai.18

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2009.

LEITE, Maria de Jesus Gaspar (Org.). **Alfabetização educadora de jovens, adultos e idosos maranhenses**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

MINAYO, M.C.de S. (Org.). et al. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 30. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOURA, Vera Lucia Pereira da Silva. **Educação de jovens e adultos: as contribuições de Paulo Freire**. Inesul, 2014. Disponível em:<[https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-ivol\\_33\\_1426693042.pdf](https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-ivol_33_1426693042.pdf)>. Acesso em: 28abr.2019.

MOURA, Tania Maria de Melo. **A Prática Pedagógica dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky**. Maceió: EDUFAL, 1999.

PAULA, C.R, OLIVEIRA, M.C. **Educação de jovens e adultos: a educação ao longo da vida**. Curitiba: Ibpx, 2011.

SÃO LUÍS. Plano Municipal de Educação. PME/**Secretaria Municipal de Educação**. São Luís, MA, 2015. Disponível em:<

[https://www.saoluis.ma.gov.br/subportal\\_subpagina.asp?site=85](https://www.saoluis.ma.gov.br/subportal_subpagina.asp?site=85). Acesso em :12 mai.18.

\_\_\_\_\_. Relatório de Gestão –2015. **Secretaria Municipal de Educação**. São Luís, MA, 2015. Disponível em:<

[http://www.agenciasaoluis.com.br/mídias/anexos/1674\\_anexo\\_educacao.pdf](http://www.agenciasaoluis.com.br/mídias/anexos/1674_anexo_educacao.pdf)>. Acesso em: 05 jun.19.

TORRES, R.M. **Educação popular: um encontro com Paulo Freire**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**(I) e Plano de ação pra satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem(II).Jomtien,mar.1990.Disponível em:<<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>.Acesso em:07mar.2019.

\_\_\_\_\_. **Confitea V**: Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos. Julho 1997. Disponível em:<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf00000129773> Acesso em :07mar.2019.

\_\_\_\_\_. **Confitea VI**: Marco de ação em Belém. Brasília, abril de 2010. Disponível em:<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244673>> Acesso em :07mar.2019.

APÊNDICES

## Apêndice A – Roteiro de Entrevista/Professores



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

Caro Professor, estamos fazendo uma pesquisa acadêmica sobre formação de professores da EJA, a formação continuada e seus impactos nas práticas docentes, sob a orientação do Prof. Me. Diego Rodrigo Pereira. Solicitamos, por gentileza, que contribua com esta pesquisa para fins de elaboração de trabalho de conclusão de curso. O objetivo é contribuir com produção para a melhoria da formação de futuros professores, bem como refletir sobre a efetividade de sua prática no ambiente escolar, na modalidade de ensino EJA.

Agradecemos sua contribuição!

Ana Paula Veras Araujo (orientanda)

Prof. Me. Diego Rodrigo Pereira

### QUESTÕES:

1. Qual seu nome, e sua formação inicial?
2. Você possui formação continuada em EJA?
3. Quais são os trabalhos que você desenvolve na escola, ligados à sua formação continuada?
4. Você consegue identificar as contribuições de sua prática docente com referencial em sua formação inicial e continuada, no processo de ensino-aprendizagem dos alunos da EJA? Explique.
5. Qual a metodologia, e os principais materiais didáticos utilizados por você com os alunos da EJA?

6. Você consegue identificar por parte da gestão da escola, empenho em contribuir com suas práticas docentes como professor da EJA? Quais são essas contribuições?
7. Quais são os principais desafios na sua atuação como professor da EJA?
8. Qual a sua expectativa em relação a formação continuada de professores em EJA?
9. Que sugestões ou recomendações você daria ao curso de licenciatura referente à formação de futuros professores para atuarem na EJA?
10. Você possui conhecimento e tem acesso a cursos e ações voltados para EJA, ofertados pela SEMED? Quais?
11. Que sugestões ou recomendações você daria aos cursos de formação continuada de professores da EJA, para contribuições positivas nas práticas docentes?

OBRIGADA!

## Apêndice B – Roteiro de Entrevista - Equipe Gestora da Escola Campo



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

Caro Professor, estamos fazendo uma pesquisa acadêmica sobre formação de professores da EJA, a formação continuada e seus impactos nas práticas docentes, sob a orientação do Prof. Me. Diego Rodrigo Pereira. Solicitamos, por gentileza, que contribua com esta pesquisa para fins de elaboração de trabalho de conclusão de curso. O objetivo é contribuir com produção para a melhoria da formação de futuros professores, bem como refletir sobre a efetividade de sua prática no ambiente escolar, na modalidade de ensino EJA.

Agradecemos sua contribuição!

Ana Paula Veras Araujo (orientanda)

Prof. Me. Diego Rodrigo Pereira

### QUESTÕES:

1. Qual seu nome, e sua formação inicial?
2. Você possui formação continuada? Qual área?
3. Quais são os trabalhos, desenvolvidos na escola voltados para a EJA?
4. A escola conta com quantas turmas e quantos professores atuantes na EJA? Todos os professores possuem formação continuada voltada a essa modalidade de ensino?
5. A escola conta com material didático específico para melhor atender os alunos da EJA? Quais são eles e como ocorre a garantia dessas matérias?
6. Quais as contribuições da equipe gestora, com as práticas docentes dos professores da

EJA?

7. Quais são os principais desafios encontrados pela escola ao terem a EJA presente no atendimento da mesma?
8. Qual as suas expectativas em relação a formação continuada de professores em EJA?
9. De que forma e com que frequência ocorre o planejamento escolar com os professores atuantes na EJA?
  
10. Os dispositivos legais para a EJA e as políticas de formação docente, são utilizados como referencial para os planejamentos? De que forma?
  
11. Em relação ao ensino-aprendizagem dos alunos da EJA, ao serem identificadas problemáticas quanto o rendimento escolar dos mesmos, quais são as medidas adotadas pela equipe gestora e os professores?
  
12. A escola desenvolve alguma ação para garantir a permanência dos alunos na escola? Quais?
  
13. Que sugestões ou recomendações você daria aos cursos de formação continuada de professores da EJA, para contribuições positivas nas práticas docentes?

**OBRIGADA!**

## Apêndice C – Roteiro de Entrevista/Técnico da SEMED



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

Caro Técnico, estamos fazendo uma pesquisa acadêmica sobre formação de professores da EJA, a formação continuada e seus impactos nas práticas docentes, sob a orientação do Prof. Me. Diego Rodrigo Pereira. Solicitamos, por gentileza, que contribua com esta pesquisa para fins de elaboração de trabalho de conclusão de curso. O objetivo é contribuir com produção para a melhoria da formação de futuros professores, bem como refletir sobre a efetividade de sua prática no ambiente escolar, na modalidade de ensino EJA.

Agradecemos sua contribuição!  
Ana Paula Veras Araujo (orientanda)  
Prof. Me. Diego Rodrigo Pereira

### QUESTÕES:

1. Qual seu nome, cargo e tempo de SEMED?
2. Qual as principais atividades propostas pelo setor ao qual você faz parte?
3. Quais são as principais ações desenvolvidas pela SEMED para a EJA, em São Luís-MA?
4. Com que frequência ocorreu a oferta de cursos de formação continuada para a EJA no ano de 2017 a 2018?
5. De que forma ocorre a divulgação dos cursos de formação continuada para a EJA pela SEMED?

6. O que é necessário para fazer parte dos cursos de formação continuada para a EJA?
7. Existe alguma ação desenvolvida pela SEMED, voltada a garantia de permanência do aluno da EJA na escola? Explique.
8. De que forma e feito o acompanhamento dos índices de desenvolvimento educacional dos alunos da EJA, na rede municipal de ensino de São Luís?
9. Quais as maiores dificuldades encontradas ao que diz respeito a oferta e o alcance dos cursos de formação continuada para a EJA aos professores da rede municipal de São Luís?
10. E satisfatório o número de professores interessados na formação continuada em EJA?

OBRIGADA!

## Apêndice D – Termo de Consentimento

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro (a) Senhor (a)

Estou realizando uma pesquisa Monográfica, como requisito para a conclusão do curso de Pedagogia, intitulada “Formação de Professores da EJA: a formação continuada e seus impactos nas práticas docentes na escola UEB Roseno de Jesus Mendes”, cujo objetivo é identificar como o processo formativo dos professores da EJA, a parti da formação continuada influenciam as práticas docentes em salas de aula da EJA.

A Pesquisa conta com a orientação do Prof. Me. Diego Rodrigo Pereira, da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

Venho convidá-lo (a) a participar voluntariamente da Pesquisa. Sua participação nesta pesquisa é uma opção, você pode não aceitar participar ou desistir em qualquer fase dela, a qualquer momento, sob qualquer condição, sem nenhuma penalização ou prejuízo em sua relação com a pesquisadora, com a UEMA ou qualquer outra instituição envolvida.

Vale ressaltar que não há compensação financeira relacionada à sua participação, pois esta pesquisa será desenvolvida sem nenhum orçamento lucrativo. O risco relacionado com sua participação na pesquisa poderá ser no âmbito psicológico, como desconforto frente à presença da pesquisadora durante a entrevista. Contudo, o desenvolvimento deste estudo ocorrerá de forma adequada, visando minimizar a ocorrência de tal desconforto.

Quanto aos riscos físicos, também não haverá possibilidades de ocorrer, visto que a coleta de dados ocorrerá em espaços seguros, dentro de salas e/ou escritórios apropriados, na própria escola campo de pesquisa.

Caso aceite gostaria que soubesse que será realizada a coleta de dados por meio de aplicação de entrevistas semiestruturadas.

Os resultados serão utilizados exclusivamente para fins científicos, como divulgação em revistas e congressos, em que sua identidade será preservada.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Agradeço sua participação e me coloco à disposição para maiores esclarecimentos através do e-mail: ana-paula\_veras@hotmail.com ou (98) 984655479. Ana Paula Veras Araujo (Graduanda do Curso De Pedagogia pela UEMA)

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar voluntariamente.**

**São Luís, \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_**

\_\_\_\_\_  
Participante da pesquisa \*.

### **I Identificação**

Nome: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Data de Resposta à Entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Formação Acadêmica \_\_\_\_\_

Setor em que trabalha \_\_\_\_\_

Cargo \_\_\_\_\_

Tempo de serviço \_\_\_\_\_